



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Centro de Excelência em Turismo**  
**Graduação de Nível Superior em Turismo**

**QUEDAS E CONQUISTAS: ESTUDO SOBRE O CENÁRIO DE  
CONFLITOS E A PRÁTICA DE ESCALADA NO PARQUE  
ESTADUAL DOS PIRENEUS/GO**

**VINICIUS RABELO TORRES**

**ORIENTADOR: Prof.Dr. João Paulo Faria Tasso**

**Brasília – 2019**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Centro de Excelência em Turismo**  
**Graduação de Nível Superior em Turismo**

**QUEDAS E CONQUISTAS: ESTUDO SOBRE O CENÁRIO DE  
CONFLITOS E A PRÁTICA DE ESCALADA NO PARQUE  
ESTADUAL DOS PIRENEUS/GO**

**VINICIUS RABELO TORRES**

**ORIENTADOR: Prof.Dr. João Paulo Faria Tasso**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

**Brasília – 2019**

TORRES, Vinicius Rabelo.

**QUEDAS E CONQUISTAS: ESTUDO SOBRE O CENÁRIO DE CONFLITOS E A PRÁTICA DE ESCALADA NO PARQUE ESTADUAL DOS PIRENEUS/GO. 64f.**

Monografia – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2019.

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso

1. Conflitos socioambientais. 2. Parque Estadual dos Pireneus. 3. Escalada. 4. Turismo de Aventura

CDU

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Centro de Excelência em Turismo**  
**Graduação de Nível Superior em Turismo**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo – CET, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

**QUEDAS E CONQUISTAS: ESTUDO SOBRE O CENÁRIO DE  
CONFLITOS E A PRÁTICA DE ESCALADA NO PARQUE  
ESTADUAL DOS PIRENEUS/GO**

**VINICIUS RABELO TORRES**

Aprovado por:

---

Orientador: Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso (CET/UnB)

---

Banca Examinadora: Prof. Dra. Iara Lucia Gomes Brasileiro (CET/UnB)

---

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco (HIS/UnB)

Brasília, 12 de julho de 2019

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Ilma Rabelo, minha maior apoiadora e incentivadora, que sempre acreditou em mim, incondicionalmente, mesmo quando eu tive dúvidas. Por todos os ensinamentos, conversas e “puxões de orelha” que me motivaram a chegar até aqui.

Aos meus irmãos: Gert Wolfgang, João Roberto, Lucas Cândia, Pedro Seabra que, por escolha, seguem comigo nessa caminhada há mais de uma década.

Ao meu orientador, João Paulo Faria Tasso, pela paciência e prontidão de sempre, ao me mostrar os caminhos para que eu pudesse alcançar meus objetivos e fazendo com que eu enxergasse todo esse processo de maneira mais leve.

A Professora Iara Brasileiro e ao Professor José Luiz Franco, não só por aceitarem o convite para compor a banca, mas por toda influência positiva, desde o meu primeiro semestre e durante todo o meu processo de formação acadêmica.

Ao Marcos “Zezin” por todas as reflexões inimagináveis, a partir de seus questionamentos, e aos companheiros de “Fé” por todas as resenhas e momentos de descontração.

Ao CET, minha segunda casa e, que por um curto espaço de tempo, também foi a primeira.

A Escalada que me mantém vivo e em contato com a natureza, por todas as vivências e aprendizados “de rocha”, amizades, viagens e lugares. Por me fazer compreender como lidar com os desafios da vida de forma mais pragmática.

Sou grato.

## RESUMO

O Turismo é um fenômeno social e econômico crescente em sua ocorrência e procura. É possível perceber um aumento significativo na escolha por ambientes naturais como destinos turísticos. O Parque Estadual dos Pireneus (PEP), localizado no Estado de Goiás, abrange os municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis e oferece um grande potencial para o Turismo. O PEP recebe muitos visitantes de Brasília e de Goiânia devido a sua proximidade com as duas capitais. A biodiversidade da região, representada pela fauna e flora diversa, é um poderoso atrativo, além das nascentes e cachoeiras, trilhas, mirantes e formações rochosas características do Cerrado rupestre, bioma no qual está inserido. Dois importantes atrativos do PEP são: o Pico dos Pireneus (segundo pico mais alto do Estado) e o Morro do Cabeludo, considerado o “cartão postal” do Parque. O Turismo de Aventura é um dos segmentos mais praticados dentro do PEP, tendo a prática da escalada como uma de suas principais atividades. Apesar de não existir um registro oficial (croqui), mais de trinta setores do PEP já foram explorados e milhares de “linhas” e possibilidades de escalada foram estabelecidas nas limitações do Parque. Devido à fiscalização deficitária do órgão responsável e à visitação frequente e uso desordenado de escaladores, há indícios de que conflitos vêm sendo gerados entre esses grupos. As principais causas desse embate são: visitação fora do horário de funcionamento; entrada de animais domésticos; utilização de aparelhos de som e barulho excessivo; descarte indevido de lixo; pernoite nas limitações do PEP; uso de drogas; entre outras. Quais são os elementos que podem influenciar no fortalecimento de práticas mais sustentáveis de turismo no Parque? Por que há indícios de conflito entre praticantes da escalada e gestores? Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o latente cenário de conflito no Parque Estadual dos Pireneus, com vistas a uma prática mais sustentável do turismo. A presente pesquisa teve caráter de análise qualitativa, de profundidade descritiva e interpretativa, por meio de estudo de caso. A metodologia consistiu em: observação *in loco*; entrevistas semiestruturadas; e levantamento documental e bibliográfico. Os resultados alcançados mostram, diferentemente do que se era esperado, não haver um conflito real envolvendo a gestão do PEP. O órgão gestor se mostrou favorável a prática da escalada, desde que sejam seguidas as normas do Parque. Contudo, foi identificado um conflito velado entre guias e escaladores. Este, por sua vez, ocorre devido à divergência de opiniões, tais como: à utilização dos espaços, visitação de áreas proibidas, ao horário de visitação e aos hábitos de conduta dos frequentadores. Porém, este conflito vem sendo mitigado com o surgimento de novos atores e suas ações, como exemplo, a Associação de Escalada do Planalto Central (AEP). Percebeu-se além da falta de investimento, por parte do Governo Estadual, a necessidade de uma maior abertura de espaços de diálogo.

**Palavras-chave:** Conflitos socioambientais. Parque Estadual dos Pireneus. Escalada. Turismo de Aventura.

## ABSTRACT

Tourism is a growing social and economic phenomenon in its occurrence and demand. It is possible to perceive a significant increase in the choice of natural environments as tourist destinations. The Pireneus State Park (PEP), located in the State of Goiás, covers the counties of Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás and Pirenópolis and offers great potential for Tourism. The PEP receives many visitors from Brasília and Goiânia due to its proximity to the two capitals. The biodiversity of the region, represented by diverse fauna and flora, is a powerful attraction, besides the springs and waterfalls, trails, belvederes and rock formations characteristic of Cerrado rupestre, biome in which it is inserted. Two important attractions of the PEP are the Pireneus Peak (second highest peak in the State) and the Cabeludo Hill, considered the Park's "postcard". Adventure Tourism is one of the most practiced segments within the PEP, having the practice of rock climbing as one of its main activities. Although there is no official sketch, more than thirty sectors of the PEP have been explored and thousands of "lines" and rock climbing possibilities have been established in the limitations of the Park. Due to the poor control of the responsible organ and to the frequent visitation and disordered use of climbers, there are indications that conflicts have been generated between these groups. The main causes of this conflict are: visitation outside the opening hours; entrance of domestic animals; use of stereos and excessive noise; improper disposal of waste; stay overnight in the limitations of PEP; use of drugs; among others. What are the elements that can influence the strengthening of more sustainable tourism practices in the Park? Why are there signs of conflict between climbers and managers? This research aims to reflect on the latent conflict scenario in the Pireneus State Park, with a view to a more sustainable practice of tourism. The present research had the character of qualitative analysis, of descriptive and interpretive depth, through a case study. The methodology consisted of: local observation; semi-structured interviews; and documentary and bibliographical survey. The results show, unlike what was expected, that there is no real conflict involving the management of PEP. The managing body has been in favor of rock climbing, provided that the Park rules are followed. However, a veiled conflict between guides and climbers has been identified. This, in turn, occurs due to the divergence of opinions, such as: the use of spaces, visits to forbidden areas, visitation hours and the conduct of visitors. However, this conflict has been mitigated with the emergence of new actors and their actions, such as the Planalto Central Climbing Association (AEP). In addition to the lack of investment by the State Government, the need for more open spaces for dialogue was perceived.

**Keywords:** Socio-environmental conflicts. Pireneus State Park. Rock Climbing. Adventure Tourism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Escalada do <i>boulder</i> “Muy Expuesto” no setor "Casa da Cobra" .....	14
Figura 2: Localização do Parque Estadual dos Pireneus .....	16
Figura 3: Exemplo de vegetação presente no PEP .....	19
Figura 4: Seriema encontrada na estrada do PEP .....	20
Figura 5: Cachoeira do Sonrisal .....	20
Figura 6: <i>Night climb</i> no PEP .....	24
Figura 7: Primeira Capela construída nos Pireneus - década de 1930 .....	25
Figura 8: Vegetação do PEP com o Morro do Cabeludo visto ao fundo.....	26
Figura 9: 5ª edição do Festival Cocalcinhas .....	27



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Entrevistados .....	41
Quadro 2: Perfil dos entrevistados .....	44
Quadro 3: Quais são os problemas/obstáculos enfrentados na gestão do PEP.....	45
Quadro 4: Opinião sobre a escalada no PEP.....	47
Quadro 5: Motivos do desgaste na relação entre os atores .....	50

## **LISTA DE ABREVIACÃO E SIGLAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AEP – Associação de Escalada do Planalto Central

AGCP – Associação de Guias e Condutores dos Pireneus

APA – Área de Proteção Ambiental

CADASTUR – Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos

COEPI – Comunidade Educacional de Pirenópolis

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

CONDEMA – Conselho Municipal do Meio Ambiente

FEMA – Fundo Estadual do Meio Ambiente

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

PEP – Parque Estadual dos Pireneus

PIB – Produto Interno Bruto

PNT – Plano Nacional de Turismo

SECIMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura  
Cidades e Assuntos Metropolitanos

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidades de Conservação

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	7
<b>LISTA DE QUADROS</b> .....	9
<b>LISTA DE ABREVIACÃO E SIGLAS</b> .....	10
<b>SUMÁRIO</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1: PARQUE ESTADUAL DOS PIRENEUS – CONTEXTUALIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL</b> .....	16
1.1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS .....	16
1.2. ASPECTOS HISTÓRICO-EVOLUTIVOS .....	17
1.2.1. Pirenópolis, Corumbá e Cocalzinho .....	17
1.2.2. Histórico do PEP .....	18
1.3. ASPECTOS AMBIENTAIS .....	19
1.4. ASPECTOS ECONÔMICOS .....	21
1.5. ASPECTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS .....	22
1.6. ASPECTOS TURÍSTICOS .....	23
<b>CAPÍTULO 2: DISCUSSÃO TEÓRICA</b> .....	28
2.1. CONFLITOS NA CONTEMPORANEIDADE .....	28
2.1.1. Conflitos Socioambientais .....	31
2.2. TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	33
2.2.1. O Fenômeno do Turismo .....	33
2.2.2. Turismo de Aventura .....	35
2.2.3. Turismo em Unidades de Conservação .....	37
<b>CAPÍTULO 3: METODOLOGIA</b> .....	39
3.1. PRÉ-CAMPO .....	39
3.2. CAMPO .....	40
3.3. PÓS-CAMPO .....	41
<b>CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	43
4.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS .....	43
4.2. ANÁLISE E REFLEXÃO CRÍTICA .....	44
4.2.1. Atuação da SECIMA na gestão do PEP .....	44
4.2.2. Percepções sobre a prática de escalada .....	46
4.2.3. Aspectos conflituosos aparentes .....	49

4.2.4. Participação e contribuições da AEP .....	52
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	57
<b>APÊNDICES</b> .....	62

## INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como tema central “Conflitos Socioambientais e Turismo”, tendo como objeto de pesquisa o conflito latente entre visitantes (escaladores) e os administradores do Parque Estadual dos Pireneus (PEP<sup>1</sup>).

A escolha do objeto se deu pelas seguintes razões: (a) o pesquisador ser praticante de escalada; (b) frequentar o PEP para a prática do esporte; (c) ter reconhecido e vivenciado algumas situações de conflito no local.

Devido ao constante crescimento de zonas metropolitanas e à aglomeração populacional em centros urbanos é possível perceber, em determinados grupos, uma necessidade recorrente em manter contato com a natureza. Nas últimas décadas a procura de turistas pela prática de visitação de ambientes naturais é a que mais vem crescendo (ICMBio, 2018; PANROTAS, 2018). Isso mostra como o fenômeno de reconexão com a natureza se faz muito presente no Turismo e na motivação de turistas na escolha de um destino.

O PEP está localizado entre os municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis, no Estado de Goiás. Foi criado em 1987, pela Lei nº 10.321, de 20 de novembro de 1987, alterada pela Lei nº 13.121, de 16 de junho de 1997. Os seus principais atrativos são: nascentes; cachoeiras; trilhas e mirantes. Nesse local é, também, sediada a “Festa do Morro”, evento anual que ocorre no Pico dos Pireneus (segundo ponto mais alto do Estado). É dentro do Parque que se inicia o percurso “Caminho de Cora Coralina”, *trekking* de, aproximadamente, 260 quilômetros de distância, e que passa por quatro Unidades de Conservação (UC) do Estado de Goiás.

O Turismo de Aventura é o segmento que mais vem sendo praticado no PEP. As atividades que impulsionam este segmento no PEP são a escalada, o *mountain biking* e a corrida de aventura.

Os afloramentos rochosos, característicos do Cerrado rupestre, estão dispostos por toda a área do PEP. Os escaladores chamam esses diferentes blocos de rocha de “*boulders*”<sup>2</sup>, que são bastante propícios para a prática do *bouldering*, uma modalidade

---

<sup>1</sup> A sigla “PEP” será utilizada no corpo deste trabalho como forma de facilitar a leitura.

<sup>2</sup> Os *boulders* são linhas de escalada já estabelecidas. Facilitando o reconhecimento, por outros escaladores, das possibilidades existentes.

de escalada em rocha (ver **Figura 1**). Já foram descobertos e explorados mais de trinta setores<sup>3</sup> e existe a possibilidade de muitos outros serem descobertos.

Escaladores estão sempre em busca de novos desafios. Para “abrir” um novo *boulder*, é necessária apenas uma rocha ainda não escalada. Porém, o processo de desenvolvimento de um setor causa inúmeros impactos na área visitada. Algumas ações decorrentes do desenvolvimento de novos setores são: criação de área de estacionamento; criação de novas trilhas e trilhas secundárias; visitação de áreas proibidas; impacto visual nas rochas causado pelo uso de magnésio (marcas brancas).



**Figura 1:** Escalada do *boulder* “Muy Expuesto” no setor “Casa da Cobra”  
Fonte: Acervo Pessoal, 2012.

Com a prática desordenada do Turismo de Aventura no PEP, ligado a uma fiscalização deficitária, há indícios de que conflitos latentes entre a comunidade escaladora e os gestores do Parque vêm sendo gerados. Com os desdobramentos e com a ampliação deste conflito, muitas consequências negativas poderão repercutir no livre acesso ao público geral e no impedimento de práticas sustentáveis de Turismo no local.

Apesar do destaque extremamente relevante, o impacto ambiental causado pela visitação não é o único fator de conflito existente. Hábitos e atitudes recorrentes, de grupos isolados de escaladores, influenciam e enfraquecem a amistosa relação entre os atores envolvidos. Podem ser citadas algumas dessas práticas proibidas, como: visitação

---

<sup>3</sup> Os setores de escalada são caracterizados por pequenas áreas que apresentam grande quantidade de blocos de rocha.

fora do horário de funcionamento; entrada de animais domésticos; utilização de aparelhos de som e barulho excessivo; descarte indevido de lixo; pernoite nas limitações do PEP; uso de drogas; entre outras.

Diante disso, pergunta-se: Quais são os elementos que podem influenciar no fortalecimento de práticas mais sustentáveis de Turismo no Parque? Por que há indícios de conflito latente entre escaladores e gestores?

O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre o cenário de conflito no PEP, com vistas a uma prática mais sustentável do Turismo. Tendo como objetivos específicos:

- Descrever multidimensionalmente o loco de pesquisa e o Turismo na região;
- Caracterizar o conflito (objeto de disputa e “arena”, atores envolvidos, interesses/motivações, alianças, aspectos socioeconômicos, socioambientais, político-institucionais e histórico-evolutivos);
- Analisar o cenário de conflito e as possibilidades alternativas para um Turismo mais sustentável.

Afora esta Introdução e as Considerações Finais, este estudo está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo é apresentada uma contextualização multidimensional do Parque Estadual dos Pireneus e do Turismo na região. No segundo capítulo é realizada a discussão teórica acerca dos principais temas abordados na pesquisa, como Conflitos, Unidades de Conservação e Turismo de Aventura. O Capítulo 3 descreve os caminhos metodológicos para a realização desta pesquisa. E, por fim, no quarto capítulo é apresentada a discussão e análise crítica dos resultados obtidos no estudo. Seguem as Considerações Finais e a Bibliografia.

# CAPÍTULO 1: PARQUE ESTADUAL DOS PIRENEUS - CONTEXTUALIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL

Este capítulo apresenta uma contextualização multidimensional do PEP e da região na qual está inserido. Para caracterização do loco de pesquisa, além dos aspectos turísticos, foram abordados os aspectos geográficos, histórico-evolutivos, econômicos e político-institucionais.

## 1.1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O PEP está localizado no Estado de Goiás, região Centro Oeste do Brasil. Com extensão de 2.833,26 hectares, abrange os municípios de Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás e Pirenópolis (**Figura 2**). O Parque encontra-se a 122 km de Brasília-DF e a 148 km de Goiânia-GO (GOOGLE MAPS, 2019).



**Figura 2: Localização do Parque Estadual dos Pireneus**  
**Fonte:** BOSQUETTI, 2008.

O acesso direto é possível somente por vias terrestres. É feito pela Rodovia Parque Estadual dos Pireneus, e pode ser realizado por duas direções: via Cocalzinho (entrada leste); via Pirenópolis (entrada oeste). Ambas as entradas estão sinalizadas com placas, além de se ter uma guarita e uma cancela em cada uma delas.

Partindo de Brasília, o trajeto mais recomendado e utilizado inicia-se na DF095 (Via Estrutural), seguindo pela BR 070 por 100 km. Após esta distância percorrida, a BR 070 se junta a BR 414, sendo necessário fazer o retorno no sentido de Cocalzinho. Chegando ao município, toma-se a Avenida Comercial, via marginal à BR 414 e à direita na Avenida Pireneus. A estrada asfaltada termina ao final da Avenida Pireneus, dando início a uma estrada de terra e marcando o retorno à BR 070. Seguindo na BR 070 até a bifurcação, toma-se à esquerda, na Rodovia Parque Estadual dos Pireneus,



permanecendo nesta rodovia até chegar à entrada leste do PEP. A estrada de terra tem, aproximadamente, 10 km e a duração total do percurso é de cerca de uma hora e trinta minutos.

O trajeto feito a partir de Goiânia se dá pela BR 153, até o trevo que dá acesso à GO 431, que, por sua vez, dá acesso ao município de Pirenópolis. Pega-se a Rodovia Parque Estadual dos Pireneus, onde começa a estrada de terra, permanecendo na rodovia, por aproximadamente 9 km, até chegar à entrada oeste. O tempo estimado para este trajeto é de, aproximadamente, duas horas.

## **1.2. ASPECTOS HISTÓRICO-EVOLUTIVOS**

Para entender o processo de criação e regulamentação do PEP é necessário que se faça, também, uma contextualização dos processos de ocupação e de desenvolvimento dos municípios nos quais o Parque está inserido.

### **1.2.1. Pirenópolis, Corumbá e Cocalzinho**

Segundo o Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis (2012), pode-se afirmar que o município teve três diferentes períodos desde sua fundação. O primeiro período inicia-se com a ocupação da região no século XVIII devido à mineração de ouro, quando no ano de 1727 é atribuída, por um grupo de bandeirantes, a fundação do primeiro arraial às margens do Rio das Almas.

Após exaurir as minas da região, os moradores locais tiveram que voltar suas atividades para a agricultura e pecuária no início do século XIX, marcando o início do segundo período histórico importante do município. Os seus principais produtos eram o algodão e a cana-de-açúcar. Até então chamada Cidade de Meia Ponte, foi uma importante produtora agrícola para o Estado do Goiás, até cerca de 1880. Em decorrência da mudança das rotas comerciais e dos pólos agrícolas, a região sofreu grande decadência econômica, tendo seu nome alterado para Pirenópolis, no ano de 1890 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS, 2012).

O terceiro período, e atual, é marcado pelo Turismo, a partir dos anos 1980. A extração e produção de pedras de Pirenópolis, para a construção de Goiânia, em 1930, e

de Brasília, em 1960, impulsionaram a atividade mineradora novamente, dessa vez para a extração de quartzito. As pedras produzidas serviram, não só, para auxiliar na construção de Brasília e de Goiânia, mas também facilitaram o acesso ao município de Pirenópolis, elevando o fluxo de visitantes provenientes das duas capitais (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS, 2012).

Corumbá de Goiás, por sua vez, tem como marco inicial de sua história, assim como Pirenópolis, a mineração de ouro no século XVIII. A povoação de Corumbá surge no ano de 1731, e foi crescendo às margens do Rio Corumbá. Inicialmente, o seu território pertencia à Meia Ponte (Pirenópolis). No ano de 1875 foi elevada à condição de município, assinalando sua autonomia político-administrativa (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ DE GOIÁS, 2019).

A história de Cocalzinho de Goiás assemelha-se à dos municípios anteriores. Porém, diferentemente de Corumbá de Goiás e de Pirenópolis, esse município desenvolveu-se por meio da extração de quartzito micáceo. Surgiu como um distrito de Corumbá de Goiás, a partir da construção de uma fábrica de cimento, do Grupo Votorantin, nos anos de 1960, sendo somente elevado à condição de município no ano de 1990. Atividades turísticas vêm sendo desenvolvidas na região desde a década de 1980 (THOMÉ FILHO; MORAES; PAULA, 2012).

### **1.2.2. Histórico do PEP**

O PEP foi criado em 1987, pela Lei nº 10.321, de 20 de novembro de 1987, alterada pela Lei nº 13.121, de 16 de junho de 1997, com o objetivo de preservar a fauna, a flora, os mananciais e seus entorno existentes nos Municípios de Pirenópolis, Cocalzinho e Corumbá de Goiás. A área total foi estabelecida pelo Decreto nº 4.830, de 15 de outubro de 1997 (SEMAD, 2017a).

O Parque está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) dos Pireneus, criada pelo Decreto Nº 5.174, de 17 de fevereiro de 2000, com extensão de 22.800 hectares. Tanto o PEP quanto a APA Pireneus são administrados pela da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás - SECIMA (SEMAD, 2017b).

### 1.3. ASPECTOS AMBIENTAIS

O PEP está inserido no bioma Cerrado, considerado a savana mais rica em diversidade do mundo. O bioma ocupava, originalmente, cerca de 23% do território nacional. As formações de vegetação do Cerrado são divididas em três tipos, devido à grande variação de características fitofisionômicas de cada área. Elas podem ser: formações florestais, savânicas e campestres (BRASIL, 2019). A sua fauna e flora apresentam características típicas do bioma, sendo o PEP repleto de plantas e flores (**Figura 3**), animais (**Figura 4**) e cachoeiras (**Figura 5**).



**Figura 3: Exemplo de vegetação presente no PEP**  
**Fonte: Acervo Pessoal, 2019.**



**Figura 4: Seriema encontrada na estrada do PEP**  
**Fonte:** Acervo Pessoal, 2019.



**Figura 5: Cachoeira do Sonrisal**  
**Fonte:** Portal de Turismo de Pirenópolis, 2019.

O clima da região é tropical úmido. Isso significa que existem duas estações bem definidas: a primeira de seca, no outono e no inverno; e a segunda úmida, no período de primavera e de verão, com chuvas torrenciais (DA SILVEIRA; PESSOA; FLORES, 2009).

Thomé Filho, Moraes, e Paula apresentaram, no ano de 2012, uma proposta para a criação do Geoparque Pireneus. Nesta proposta são apresentadas informações

relevantes para a construção deste capítulo. Com isso, os dados apresentados a seguir, relacionados ao relevo e à hidrografia, foram retirados desse documento.

As serras alinhadas na direção E-W (Leste-Oeste) caracterizam o relevo da região, com profundos vales encaixados e encostas côncavas. Quanto ao período de formação dessas serras, este relevo seria remanescente da superfície de erosão que afetou a América do Sul durante o Cretáceo Superior, período que se encerrou há 65 milhões de anos, podendo ser das mais antigas superfícies de erosão do continente.

O PEP dispõe de cachoeiras e nascentes que, além de serem atrativos turísticos, apresentam extrema importância na hidrografia. A área é um divisor de águas continental, entre as bacias do Tocantins e a do Paraná. As nascentes dos rios Corumbá e rio das Almas encontram-se nas limitações do Parque. Quanto às suas características, pode-se afirmar que:

Embora a região seja submetida a um prolongado período de estiagem anual, de 4 a 5 meses, a maioria dos cursos d'água são perenes. Isso se deve às características hidrogeológicas dos quartzitos que são recarregados no período chuvoso, descarregando lentamente na estação seca (THOMÉ FILHO; MORAES; PAULA, 2012, p. 116).

#### **1.4. ASPECTOS ECONÔMICOS**

Até o momento da realização desta pesquisa o PEP não fazia nenhum tipo de cobrança ou valoração de entrada para visitação. A razão de não haver taxa de entrada para a visitação se dá por alguns motivos. Primeiramente, pelo fato de não ter sido feita a implantação formal do Plano de Manejo ou de qualquer outro instrumento válido de gestão que viabilize essa ação. O segundo motivo é pelo PEP dispor de diversas entradas secundárias, devido à falta de cercas e de porteiros fechadas em algumas áreas, que impossibilitam o controle de entrada e de saída.

Devido a cortes de gastos feitos pela nova administração do Estado, além do gestor principal, o PEP conta com, apenas, três funcionários, tendo o seu contingente consideravelmente reduzido.

A vigilância feita no Parque é terceirizada e paga pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA). Este fundo é vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA).

A verba utilizada para as poucas obras já realizadas foi pleiteada por meio de diversas licitações de Compensação Ambiental. Com pouco recurso financeiro disponível, o projeto de concessão privada da administração é um dos objetivos da gestão do PEP.

## **1.5. ASPECTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS**

Diversos atores, tanto governamentais como não governamentais, estão diretamente envolvidos nos processos de planejamento e gestão do PEP. A atuação desses grupos permite discussões, e tomadas de decisões, para atender os diferentes interesses acerca do PEP.

O Parque é administrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), do Estado de Goiás que tem como uma de suas competências: executar políticas públicas estaduais no que se refere ao meio ambiente, proteção dos ecossistemas, dos recursos hídricos e minerais, da flora e fauna e exercício do poder de polícia sobre as atividades que causem impacto ambiental (SEMAD, 2019).

Como se pode perceber os aspectos de cunho estritamente turístico não são competência da SECIMA. Pirenópolis tem como maior representante na gestão e planejamento do Turismo a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Além da Secretaria, existem também Conselhos formados por órgãos governamentais e entidades representativas da comunidade local. Esses Conselhos foram formados para debater as principais pautas voltadas à prática do Turismo no município, tendo, inclusive, grande importância no processo de tomada de decisão relacionada ao PEP. Entre eles estão o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA) e o Conselho Consultivo do Parque Estadual dos Pireneus.

O COMTUR é formado pela Secretaria de Turismo, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, Universidade Estadual de Goiás, por representantes do segmento de hospedagem, de atrativos naturais, dos artesãos e dos condutores de visitantes e guias de turismo (PREFEITURA DE PIRENÓPOLIS, 2017a).

O CONDEMA é formado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Órgão Municipal de Fiscalização e Postura, Órgão Estadual de Agricultura e Pecuária, Órgão Municipal de Serviços Urbanos, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Turismo, Defesa e Preservação do Meio Ambiente - Associação do Córrego Barriguda, Comunidade Educacional de Pirenópolis (COEPI), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, representantes dos Trabalhadores e Produtores Rurais, Universidade Estadual de Goiás, Associação dos Guias e Condutores dos Pireneus e Associação dos Mineradores de Pirenópolis (PREFEITURA DE PIRENÓPOLIS, 2017b).

Durante a realização da pesquisa de campo foi possível identificar que o Conselho Consultivo do PEP está inativo. Segundo relatos do Secretário de Turismo de Pirenópolis, o Conselho Consultivo já não existe há anos.

No âmbito da escalada, um importante ator nas discussões acerca da regulamentação da prática no PEP tem sido a Associação de Escaladores do Planalto Central (AEP). A AEP é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada no ano de 2011, com o objetivo de garantir o acesso de praticantes do esporte nos picos de escalada do Estado de Goiás (AEP, 2019). A AEP entrou para o Conselho Consultivo do PEP no ano de 2012. Inicialmente, a participação da AEP nesse Conselho foi de extrema importância para estreitar a relação entre a gestão do PEP e a comunidade escaladora, apesar de, atualmente, não estar mais ativo.

## **1.6. ASPECTOS TURÍSTICOS**

O PEP recebe visitas durante o ano todo, devido às características e atrativos naturais de que dispõe. Além dos moradores locais e visitantes provenientes de Brasília e Goiânia (maior fluxo de visitação), o Parque recebe turistas do mundo todo. As duas entradas oficiais para o Parque estão localizadas em Cocalzinho e em Pirenópolis, com isso, estes dois municípios recebem influências diretas do fluxo turístico do PEP.

Para um destino turístico prosperar e se desenvolver   necessário que se tenha o mínimo de equipamentos e serviços disponíveis aos seus visitantes. O sistema de Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR)   um programa executado pelo Ministério do Turismo (MTur) que visa promover o ordenamento, a formaliza o e a legaliza o dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor. O cadastro   obrigatório, por lei, para



todas as empresas que operam com: Acampamentos Turísticos; Agências de Turismo; Meios de Hospedagem; Organizadoras de Evento; Parques Temáticos; Transportadoras Turísticas. (MTUR, 2019).

Segundo levantamento realizado por Sé (2016), no município de Pirenópolis são encontrados, aproximadamente, 130 meios de hospedagem, 52 empresas de alimentação, 11 agências/operadoras/receptivo, e 09 atrativos particulares.

As visitas ao PEP são constantes nos finais de semana. Os seus atrativos possibilitam a prática de diferentes atividades e segmentos. As atividades mais habituais são: escalada, *mountain bike*, corrida de aventura, visita a cachoeiras, trilhas e contemplação da natureza. A visita ao Parque durante o meio da semana também é recorrente, porém, com menor frequência. Escaladores, por exemplo, optam muitas vezes por frequentar o PEP durante o período da noite. A escalada noturna, comumente chamada de *night climb* (ver **Figura 3**), é bastante praticada nos setores de *boulders*, devido ao clima da região, que durante a noite proporciona melhores condições para a prática.



**Figura 6: *Night climb* no PEP**  
**Fonte:** Acervo Pessoal, 2014.

Além de dezenas de setores de escalada e trilhas para *mountain bike*, o PEP dispõe de algumas cachoeiras. A cachoeira do Sonrisal, no Córrego Capitão do Mato, popularmente conhecida como “pocinhos”, tem uma formação bastante peculiar, com o



curso d'água passando pelas formações rochosas, formando seis pequenos poços em sequência.

As formações rochosas da região proporcionam aos visitantes paisagens exuberantes. O Pico dos Pireneus é um importante atrativo do PEP, e o segundo ponto mais alto do Estado de Goiás (1.385 metros de altitude). No topo do Pico foi construída uma capela, originalmente de madeira (ver **Figura 7**), dedicada à Santíssima Trindade. (LOBO; CURADO, 2008).

É possível avistar do mirante da Capela outro atrativo, o “Morro do Cabeludo” (**Figura 8**), que apesar de estar proibida a visitação, ainda assim se apresenta como um forte atrativo para a contemplação.



**Figura 7: Primeira Capela construída nos Pireneus - década de 1930**  
**Fonte: Oliveira, 2008.**



**Figura 8: Vegetação do PEP com o Morro do Cabeludo visto ao fundo**  
**Fonte:** Acervo Pessoal, 2019.

O PEP é sede de diferentes eventos todos os anos, quando se intensifica o fluxo de visitação durante alguns períodos. A Festa do Morro, por exemplo, ocorre desde o ano de 1927, no final de semana da lua cheia do mês de julho, e envolve, principalmente, a comunidade de Pirenópolis, mas, também, todos os municípios do entorno. A Festa tem duração de três dias e surge em função da Romaria em Louvor à Santíssima Trindade, procissão que sai à tarde de sexta feira, da porta da Igreja do Bonfim (Pirenópolis), e caminha uma distância de 32 quilômetros, chegando sábado à noite ao Pico dos Pireneus. O grupo acampa em uma área destinada para *camping*, para a realização da missa solene na manhã do domingo (LOBO; CURADO, 2008).

A 15ª edição do Desafio Internacional de *Mountain Bike*, no ano de 2018, foi realizada no PEP e contou com a presença de 500 ciclistas (SEMAD, 2018). Outro evento que ocorre nas limitações do Parque é o Cocalcinhas (**Figura 9**), festival de escalada organizado pela AEP, feito por mulheres para incentivar a escalada feminina no Brasil. O evento recebe escaladoras e escaladores do Brasil inteiro e no mês de junho de 2019 foi realizada a sua 6ª edição.



**Figura 9: 5ª edição do Festival Cocalcinhas**  
**Fonte: Go Outside, 2016.**

## **CAPÍTULO 2: DISCUSSÃO TEÓRICA**

Neste capítulo é apresentada a discussão teórica acerca dos conceitos essenciais para a realização deste estudo. As noções de conflito e conflitos socioambientais foram primordiais para a compreensão da pesquisa. Assim como os conceitos de turismo, turismo de aventura, unidades de conservação e plano de manejo.

### **2.1. CONFLITOS NA CONTEMPORANEIDADE**

Conflitos sempre se fizeram presentes nos diferentes tipos de sociedade, desde as mais primitivas até a sociedade moderna, manifestando-se de maneira diferente entre elas. Essa diferenciação ocorre a partir do século XVIII, devido ao processo de constituição de espaços específicos, como o da política, em que mecanismos são criados para a resolução de conflitos (NASCIMENTO, 2001).

É verdade que o conflito pode alterar a união e os interesses de determinados grupos, já que as causas de um conflito, como o interesse, ódio e inveja, são fatores de dissociação. Mas ao mesmo tempo em que dissociações são feitas durante o conflito, o cenário resultante é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que seja pela eliminação de uma das partes (SIMMEL, 1983).

Divergências aparentes na sociedade não são, necessariamente, negativas ou apenas deficiências sociais. Forças de união e de repulsão se fazem necessárias, em quantidades proporcionais, para que grupos atinjam a forma e configuração de sociedade (SIMMEL, 1983).

A partir dessa noção de Simmel de que o conflito é uma forma de sociação percebe-se que ele é, não só, inerente à própria sociedade como, também, seu constituinte. Sendo assim, algo indispensável para a coesão social (NASCIMENTO, 2001)

Uma vez que um conflito surge é necessário reconhecê-lo como tal e buscar maneiras de mitigar as discordâncias. Os mecanismos criados nos séculos XVIII e XIX, anteriormente citados, possibilitam a análise de cada conflito e dos elementos que os caracterizam. Ou seja:

[...] é preciso ter presente que todo conflito tem um conjunto de elementos que o caracterizam e regem sua evolução e intensidade. Os principais são: natureza, atores sociais diversos, campo específico, objeto em disputa, lógica ou dinâmica de evolução, mediadores e tipologia (SIMMEL, 1983 *apud* NASCIMENTO, 2001, p. 94).

Para discorrer sobre os elementos que caracterizam o conflito e se ter melhor compreensão sobre o assunto serão utilizadas, neste estudo, as considerações apresentadas por Nascimento (2001).

Uma análise eficiente é feita por etapas, sendo a natureza do conflito o primeiro elemento a ser considerado. Os tipos de conflito ocorrem em épocas e espaços diferentes, podendo ser social, ambiental, econômico, político, religioso, cultural, entre outros.

Apesar de serem, inicialmente, analisados separadamente, estes elementos estão diretamente relacionados. Os atores envolvidos modificam-se a partir de sua natureza. Identificar quem são estes atores e os seus comportamentos é essencial para a compreensão do próprio conflito.

Os atores podem ser definidos como indivíduos, grupos ou organizações de identidade própria, reconhecidos por outros, com capacidade de modificar seu ambiente de atuação. Assim, podem ser indivíduos, grupos sociais, organizações nações, coletividades ou Estados (NASCIMENTO, 2001, p. 95).

O campo de conflito é definido pelo espaço de movimentação dos atores envolvidos. São esses espaços que limitam tanto os movimentos, quanto os recursos a serem utilizados em disputa. Assim, como os atores modificam-se de acordo com a natureza, o campo de conflito formado varia em relação aos atores envolvidos, sendo fundamental a identificação precisa de cada um desses elementos.

Outro importante elemento para a definição do campo de conflito é o objeto em disputa. Nascimento afirma:

Não há conflito sem que haja um *objeto em disputa*, podendo este ser material ou simbólico, divisível ou indivisível, laico ou profano, real ou irreal. Os objetos podem variar de natureza, mas são sempre bens ou recursos escassos, ou vistos como tais (NASCIMENTO, 2001, p. 96).

O objeto é, normalmente, bem definido entre os atores envolvidos. Porém, é importante entender que o mesmo objeto em disputa apresentará compreensões e significados diferentes entre os participantes, assumindo dimensões complexas. Isso ocorre pelo fato de que a visão de determinado indivíduo ou grupo é subjetiva, podendo variar a partir de suas crenças, tradições ou experiências. Os objetos em disputa não se

limitam a serem material ou simbólico apenas. Pelo contrário, muitas vezes acabam sendo ambos.

Quanto à dinâmica do conflito, importante aspecto a ser considerado, cada conflito apresenta sua dinâmica própria, tendo sua evolução específica a partir de sua natureza. Sendo assim, “os conflitos podem ser classificados como rápidos ou longos, intensos ou parcimoniosos, agudos ou crônicos” (NASCIMENTO, 2001, p. 98).

O conflito não é formado apenas pelos atores. Nele há a presença de mediadores ou observadores. Normalmente são grupos ou indivíduos afetados pelo conflito, sem necessariamente tomarem partido e que não têm interesses definidos, colocando-se à margem da situação. Como já foi explicitado:

Os conflitos são distintos, têm regras próprias de evolução, ocorrem em um espaço definido e comportam atores diferentes, os quais podem recorrer a determinados recursos. Isso significa que os conflitos podem ser classificados, compor uma tipologia (NASCIMENTO, 2001, p. 100).

O mesmo autor cita a mais conhecida de todas: a teoria dos jogos, composta pelo jogo, debate e a luta. O jogo busca vencer sem destruir, diferentemente da luta, que tem como objetivo a conquista do adversário por meio da destruição. Enquanto no debate os atores envolvidos buscam convencer seus adversários ou observadores como forma de confronto.

Identificar os elementos constituintes de um conflito é essencial para a sua resolução ou mitigação. Os principais autores que discutem sobre conflitos utilizam-se de diferentes abordagens e visões acerca do tema. Vargas (2007) faz uma releitura destes autores a fim de construir um instrumento teórico válido de como lidar com os conflitos. A autora explicita diferentes e eficientes estratégias de manejo de conflitos. São elas: a Gestão de Conflitos, a Resolução de Conflitos e a Transformação de Conflitos. Todas as informações sobre as estratégias de manejo apresentadas a seguir foram retiradas do artigo publicado por Vargas.

A estratégia de Gestão de Conflitos não tem como objetivo a eliminação do conflito em si, mas, como o próprio termo sugere, esta abordagem tem como foco a sua gestão. No processo de barganha e negociação essa estratégia propicia a distribuição de perdas e ganhos entre os grupos envolvidos. Dessa maneira “o conflito deve ser manejado de forma construtiva para atingir um resultado satisfatório para as partes envolvidas” (VARGAS, 2007, p. 194).

Na Resolução de Conflitos busca-se identificar as causas subjacentes que alimentam o conflito, como o seu contexto social, político ou econômico. Nesta abordagem entende-se conflito como o resultado de necessidades humanas insatisfeitas.

As estratégias propostas para a resolução dos conflitos envolvem formas mais processuais que coercitivas, abrangendo atividades como a facilitação, as consultas com terceiros, os espaços de diálogo, como formas de adensar o nível de comunicação e informação entre as partes (VARGAS, 2007, p. 195).

Essa maneira de lidar de forma mais processual se dá pela noção de as necessidades não serem negociáveis. É importante que os pontos de interesse comuns entre as partes se tornem mais aparentes, intensificando a comunicação e o diálogo entre elas.

Na visão da Transformação de Conflitos, a abordagem é feita a partir da vertente não violenta desenvolvida por Sharp, Gandhi e King, em que o conflito é entendido como forma de luta não violenta em prol de justiça social (REIMANN, 2004; GALTUNG, 1996; LEDERACH, 1995, 1997 *apud* VARGAS, 2007).

Nesta abordagem é necessário que o entendimento de “conflitos” seja positivo na medida em que são agentes de mudança social. Isso implica em:

Reconhecer a necessidade de criar relações e desenvolver o diálogo e cooperação entre atores muito desiguais [...], entendendo que todos têm um papel a cumprir no processo de construção das situações cooperativas gradativas e de longo prazo (VARGAS, 2007, p. 195).

As três estratégias apresentadas não são excludentes, pelo contrário, cada uma delas pode ser usada em diferentes momentos do ciclo de vida do conflito. Assim, quando vistas como complementares elas desempenham melhor as suas funções.

### **2.1.1. Conflitos Socioambientais**

Para compreender melhor o objeto de estudo deste trabalho é preciso aprofundar um pouco na noção de conflitos socioambientais. Isso por que a discussão sobre o tema se torna ainda mais necessária, na medida em que tais conflitos ocorrem com cada vez mais frequência nos países da América Latina (VARGAS, 2007). Além disso, os seres humanos, na condição de animal, têm necessidades físicas e dependem do meio natural para manter a sua sustentação (LITTLE, 2001).

A definição utilizada por Little (2001) destaca os conflitos ambientais pela disputa de determinados grupos sociais, decorrente dos diferentes tipos de relação que eles estabelecem com o seu meio natural. O mesmo autor discorre acerca das três dimensões básicas que englobam o conceito socioambiental, que são: “o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos” (LITTLE, 2001, p. 107).

Os mesmos elementos que caracterizam os conflitos (NASCIMENTO, 2001) podem e devem ser considerados nesta questão. Ou seja, neste caso, a natureza do conflito é socioambiental. Sendo assim, cada elemento se modifica a partir do cenário apresentado.

A exposição destes conceitos é fundamental para compreender o cenário de conflitos socioambientais e a relação existente entre as suas dimensões. Os seus desdobramentos e repercussões refletem no futuro da sociedade e, quando há manejo de conflito, essas mudanças podem ser benéficas, tanto no meio natural como no desenvolvimento social, tornando a temática de conflito socioambiental em um campo de ação política (LITTLE, 2001; VARGAS, 2007).

Para analisar conflitos dessa natureza pelo menos três passos básicos podem ser utilizados. Primeiramente, é necessário identificar e analisar quais são os atores envolvidos e quais são seus interesses econômicos e ambientais. O segundo passo é fazer a identificação e a análise dos principais agentes naturais envolvidos, como eles intervêm no conflito a partir de suas dinâmicas biofísicas. E, por último, faz-se uma análise sintética e global do conflito específico, identificando as relações de poder (sociais, políticas e econômicas) entre os atores sociais participantes. É necessário identificar, também, os impactos ambientais provenientes do conflito, podendo ser impactos já existentes ou potenciais (LITTLE, 2001).

Pode-se estabelecer uma classificação com três tipologias, a fim de facilitar a compreensão e mitigação dos conflitos socioambientais, que são: conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais. Cada tipologia apresenta seus subtipos com características específicas, sendo que um único conflito pode apresentar elementos dos diferentes tipos



e perpassar pelos seus subtipos. Utilizando a classificação apresentada, o pesquisador deste estudo identifica, como principal característica, o objeto estudado como um conflito em torno dos impactos gerados pela ação humana, causando a degradação do ecossistema e o possível esgotamento dos recursos naturais (LITTLE, 2001).

Em relação à Resolução de Conflitos, diversos autores utilizam termos diferentes, porém, similares e confluentes. A noção de manejo, apresentada por Vargas (2007), também pode ser utilizada em conflitos socioambientais, mas Little (2001) argumenta que para resolver conflitos socioambientais deve haver uma solução social e ambiental, o que raramente ocorre. Com isso, o autor utiliza o termo “tratamento de conflitos socioambientais”, propondo cinco tipos básicos: confrontação; repressão; manipulação política; negociação/mediação; e diálogo/cooperação.

Todas as estratégias apresentadas pelos autores têm seus aspectos positivos e negativos. O sucesso ou fracasso de cada uma delas dependerá do momento em que serão aplicadas; o *timing* é de extrema importância nesse quesito (VARGAS, 2007, LITTLE, 2001).

## **2.2. TURISMO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

### **2.2.1. O Fenômeno do Turismo**

O Turismo é um fenômeno social e econômico crescente em sua ocorrência e procura. Diante das condições normais de trabalho, lazer e moradia, as pessoas sentem a necessidade de se desvincular temporariamente desses fardos, e uma necessidade de viajar é criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano (KRIPPENDORF, 1989).

De acordo com dados disponíveis na publicação do Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (PNT), a contribuição total do setor, no Brasil, em 2016, foi de US\$152,2 bilhões, o equivalente a 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Para que se tenha um melhor entendimento acerca do Turismo e do tema a ser abordado no presente estudo, algumas definições e conceitos serão apresentados. A Lei Geral do Turismo, publicada em 2008, define:

Considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras (BRASIL, p. 1, 2008).

Apesar da definição apresentada acima, existem diversas definições válidas sobre “Turismo” por ser uma atividade bastante complexa e fluida, baseada no deslocamento e na motivação de pessoas.

O Turismo deve superar o entendimento reducionista que o trata com o pragmatismo de reconhecimento como sendo uma atividade e categorizado, em síntese, como uma indústria. Epistemologicamente o Turismo tem que ser compreendido sob uma abordagem complexa, entendendo-o como um fenômeno social que demanda por uma análise sistêmica e também complexa (MOESCH, 2004).

A viagem e o deslocamento estão diretamente relacionados à motivação do visitante. Com isso: “Não existe um único olhar do turista enquanto tal. Ele varia de acordo com a sociedade, o grupo social e o período histórico” (URRY, 2001, p. 16).

As práticas de Turismo foram divididas em segmentos de atuação para facilitar a sua compreensão. No Brasil, o MTur apresenta o seguinte conceito de segmento de mercado: “Do ponto de vista da demanda, é um grupo de clientes atuais e potenciais que compartilham as mesmas características, necessidades, comportamento de compra ou padrões de consumo” (BRASIL, 2010, p. 61).

Para aprofundar a discussão é necessário apresentar, também, o conceito de segmentação turística:

É entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda (BRASIL, 2010, p. 61).

Percebe-se por meio desta definição que determinado segmento turístico pode ser identificado e classificado tanto por características da demanda, quanto da oferta.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) impulsionou muitos governos a adotarem a sustentabilidade como política essencial de desenvolvimento. A partir disso, a Organização Mundial de Turismo (OMT), principal agência internacional do Turismo, adotou a abordagem sustentável devido ao crescente debate e discussão a respeito do desenvolvimento sustentável, surgindo o termo “turismo sustentável”. A definição da OMT é a seguinte:

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003, p.24)

Essa definição elucida a abrangência desta prática, tanto no âmbito econômico, como social e cultural. Por muitas vezes, ao se discutir práticas sustentáveis apenas a questão ambiental é ressaltada, porém é preciso sempre pensar em todas as dimensões da sustentabilidade. Ainda quanto à sua aplicabilidade, quando bem elaborado e desenvolvido:

[...] o turismo gera empregos e renda para o local, além de oferecer oportunidades para os empresários locais estabelecerem empreendimentos turísticos, vantagens essas que conduzem à melhoria dos padrões de vida dos residentes. Os impostos gerados pelo turismo podem ser utilizados para a melhoria das instalações e dos serviços da comunidade. (OMT, 2003, p. 29)

Vale salientar que o Turismo Sustentável não se limita apenas à segmentação turística ou a um segmento específico. Ele está diretamente ligado à prática do turismo, podendo e devendo ser aplicado em todos os segmentos existentes.

Como foi visto anteriormente, o Turismo se tornará cada vez mais importante no contexto da economia nacional (BRASIL, 2018). A temática da sustentabilidade deve estar bem alinhada às suas práticas, pois sem o devido planejamento, ordenação e gerenciamento, o Turismo pode levar áreas de conservação natural e sítios históricos à deterioração devido à falta de controle de utilização por meio dos turistas. Congestionamentos e poluição são alguns dos problemas ambientais resultantes possíveis desse desordenamento (OMT, 2003).

### **2.2.2. Turismo de Aventura**

O Turismo de Aventura muitas vezes é confundido com o Ecoturismo. Porém, esse segmento apresenta características próprias, estruturais e mercadológicas. As primeiras discussões a respeito do assunto surgem na década de 1980.

As atividades de aventura são um fenômeno antigo, decorrentes antes mesmo de o Turismo ser reconhecido como ciência. Swarbrooke *et al* (2003, p. 13) afirmam que: “Ambientes exóticos, novas atividades ou normas sociais não-convencionais oferecem a oportunidade de transpor fronteiras de um universo paralelo, onde as prioridades podem

ser diferentes. A aventura é algo à parte”. A ideia de escapismo é levantada pelos autores por se mostrar bastante presente no perfil do turista de aventura.

As reflexões sobre o Turismo de Aventura se iniciam devido ao surgimento de pequenos grupos sociais, em diferentes localidades, que veem a possibilidade de fazer disso seu meio de vida, criando, então, a necessidade de debates e regulamentações acerca do tema.

No Brasil, a discussão sobre o segmento é incentivada pelo início da produção de equipamentos para atividades de aventura (capacetes, caiaques infláveis, cordas, entre outros) no final da década de 1990. O MTur apresenta o marco regulatório para o segmento, onde se define: “Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRASIL, 2006, p.39).

Essa definição apresenta características essenciais para a diferenciação de outros segmentos. O caráter não competitivo, por exemplo, o difere do Turismo de Esportes. A prática de esportes se mostra muito presente no Turismo de Aventura, porém de maneira recreativa.

Outros elementos importantes da definição são os movimentos turísticos e atividades de aventura. Entende-se por movimentos turísticos:

Os deslocamentos e estadias que presumem a efetivação de atividades consideradas turísticas. No caso do Turismo de Aventura, são geradas pela realização de atividades de aventura que dão consistência a esse segmento, envolvendo a oferta de serviços, equipamentos e produtos de: Hospedagem; Alimentação; Transporte; Recepção e condução de turistas; Recreação e entretenimento; Operação e agenciamento turístico; Outras atividades complementares que existem em função do turismo. (BRASIL, 2010, p. 14-15)

Quanto às atividades de Turismo de Aventura, a norma ABNT NBR 15500 – Turismo de Aventura - Terminologia, define como: “Atividades oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos” (BRASIL, 2010, p. 15).

A prática da escalada se encontra definida na norma citada, sendo descrita da seguinte maneira: “Escalada - Ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos, com aplicação de técnicas e utilização de equipamentos específicos” (BRASIL, 2010, p. 19).

### 2.2.3. Turismo em Unidades de Conservação

As Unidades de Conservação (UC) estão distribuídas em doze categorias, sendo divididas em dois grupos quanto aos usos permitidos e à forma de proteção. Além de possibilitar atividades econômicas sustentáveis em suas limitações e entorno, as UCs garantem o uso sustentável de seus recursos naturais (BRASIL, 2011). São definidas da seguinte maneira:

Unidades de conservação são espaços com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente (BRASIL, 2011, p. 04).

Os dois tipos de UCs estão divididos em “unidades de proteção integral” e “unidades de uso sustentável”. Os parques nacionais e estaduais são unidades de proteção integral, ou seja, os recursos naturais disponíveis nessas áreas só podem ser utilizados de forma indireta, sendo proibidos a sua coleta, dano ou consumo. O uso indireto dos recursos consiste em: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras. (BRASIL, 2019c).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi criado, pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no intuito de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs, sendo composto pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Os órgãos responsáveis pela gestão das UC são divididos nessas três esferas de governo: nacional; estadual; e municipal (BRASIL, 2000).

Para além da conservação, os Parques apresentam forte importância para o Turismo, educação ambiental, recreação e para o desenvolvimento econômico da região. Buscando uma fuga do ambiente urbano, contato com a natureza, ou até mesmo encontros com amigos ou familiares, muitas pessoas têm procurado ambientes naturais em seu tempo livre (TELES, 2002 *apud* KUNDLATSCH; MOREIRA, 2019). Esta afirmação mostra-se verdadeira quando relacionada aos dados apresentados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que contabilizou 10,7 milhões de visitantes, apenas em UCs federais, no ano de 2017. Este número representa um aumento de 20% de visitas em relação ao ano de 2016 (ICMBio, 2018).

A visitação e o Turismo em UC possibilitam a recreação dos visitantes aliada à educação ambiental e ao contato com o meio natural. Essa prática tem a capacidade de impulsionar as economias locais e arrecadação de mais recursos financeiros para a manutenção de UCs. Porém, é necessário o desenvolvimento de um Turismo responsável, e que esteja de acordo com a comunidade local, seus conhecimentos tradicionais e que esteja integrado à conservação da biodiversidade (ICMBio, 2018). Dessa forma:

Estudos têm demonstrado cada vez mais que unidades de conservação também contribuem para o desenvolvimento econômico e redução da pobreza do país. [...] Desse modo, 88,3% da área protegida por UC é passível de utilização econômica em atividades de turismo, produção florestal, extrativismo e até mesmo agricultura, agropecuária e atividades industriais de baixo impacto ambiental (ICMBio, 2018, p. 12).

Para que haja visitação em UC é necessário compreender e elaborar um conjunto de ações para o uso sustentável e a gestão dos recursos naturais nessas unidades, conciliando os diferentes usos e a conservação da biodiversidade (ICMBio, 2019).

O Plano de Manejo é o instrumento definido pelo SNUC, que consiste em um documento técnico que estabelece, não só, o zoneamento de UC, mas também as normas para uso das áreas e manejo dos recursos naturais. Está previsto na Lei que estabelece o SNUC que todas as UCs devem dispor de um Plano de Manejo, tendo o prazo máximo de cinco anos para que ele seja elaborado (Art. 27, §3º) (BRASIL, 2000).

A elaboração de Planos de Manejo tem enfoque multidisciplinar, não se resumindo apenas à produção de um documento. Esse processo se dá de forma cíclica, tendo como base para a tomada de decisões as questões ambientais, socioeconômicas, históricas e culturais que caracterizam a região na qual a UC está inserida (ICMBio, 2019).

## **CAPÍTULO 3: METODOLOGIA**

Neste capítulo são elucidados os caminhos metodológicos para a realização do presente estudo. Para isso, são apresentadas, também, as atividades realizadas, que serão divididas em três partes: pré-campo; campo; e pós-campo.

O PEP foi escolhido como loco de pesquisa devido aos seus atrativos e à grande potencialidade turística. O fato de o pesquisador praticar escalada nesse local também influenciou na escolha de refletir sobre o cenário de conflito latente no PEP como objeto de estudo.

O estudo traz uma abordagem qualitativa como estratégia metodológica para a análise do seu objeto. Ou seja, devido à complexidade do cenário apresentado, não se buscou fazer levantamento de dados quantitativos, com vistas a obter uma percepção mais ampla da situação estudada (TRIVIÑOS, 2010).

Esta pesquisa apresenta caráter exploratório, por possibilitar uma consideração mais ampla dos resultados alcançados, e descritivo, por utilizar técnicas padronizadas de coleta de dados, como exemplo, a aplicação de questionários e observação sistemática para descrever as características do objeto (GIL, 2008).

### **3.1. PRÉ-CAMPO**

Primeiramente foi realizado o levantamento bibliográfico e documental acerca dos municípios no qual o PEP está inserido, com o objetivo de elaborar uma contextualização multidimensional do loco de pesquisa. Os *sites* oficiais dos três municípios foram consultados, além do *site* da SECIMA. Todos eles tiveram grande relevância para a construção da contextualização do PEP.

O Plano Nacional de Turismo 2018-2022 possibilitou ao pesquisador compreender a situação atual do Turismo no Brasil, em geral, além das perspectivas do Governo Federal quanto às políticas públicas para os anos seguintes.

Para a elaboração da discussão teórica, buscando explicitar os principais conceitos, foram utilizados os seguintes autores: Simmel, Nascimento, Little, Vargas, entre outros. Estes autores foram de extrema importância para compreender noções de

conflitos e conflitos socioambientais. Para entender acerca do Turismo podem ser citados como principais autores utilizados nesta pesquisa: Moesch, Dias, Costa e Fonteles.

Por se tratar de uma pesquisa descritiva, foi necessária a elaboração de um roteiro para entrevistas semiestruturadas (ver **Apêndice 1**). Neste tipo de entrevista o pesquisador elabora um roteiro de perguntas claras a serem feitas, porém ele tem a liberdade de fazê-las quando e como quiser ao entrevistado (COLES; DUVAL; SHAW, 2013). Este tipo de entrevista possibilita instrumentos mais decisivos tratando-se de pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 2010).

Para a aplicação das entrevistas foi preciso estabelecer contato prévio, por telefone, com a Secretaria de Turismo de Pirenópolis, com o Gestor do PEP (representante da SECIMA), com a AEP e com os guias de Pirenópolis. Essa ação possibilitou o agendamento para realização das entrevistas a partir da disponibilidade dos representantes.

A última etapa realizada no pré-campo se deu na preparação dos materiais necessários para campo, tais como: câmera fotográfica, gravador de voz e material para anotações; além dos roteiros de entrevistas impressos.

### **3.2. CAMPO**

A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas. Na primeira o pesquisador deslocou-se para o município de Pirenópolis, sendo realizada uma observação *in loco*, com o intuito de reconhecer a dinâmica turística local e as relações entre os atores envolvidos. Neste momento foi possível, ainda, fazer o levantamento de documentos próprios do destino que não puderam ser obtidos na fase de pré-campo.

A segunda etapa se deu na aplicação do instrumento de pesquisa para coleta de dados primários, que buscou a melhor compreensão sobre os seguintes aspectos: quais os principais problemas/obstáculos na gestão do PEP; como se dá a utilização do PEP e quais são as principais atividades e os impactos gerados por elas; identificar a relação estabelecida entre os diferentes grupos envolvidos na utilização do PEP; os motivos do



desgaste de algumas dessas relações; e o levantamento de opiniões sobre possíveis práticas mais sustentáveis no PEP.

Os participantes foram divididos em seis grupos, sendo realizadas dez entrevistas ao todo (ver **Quadro 1**). As entrevistas foram aplicadas com os representantes dos respectivos grupos, com exceção dos grupos de visitantes do PEP (praticantes e não-praticantes de escalada). Estes, devido ao fato de não representarem, necessariamente, uma entidade (logo, não se tem um único posicionamento sobre o assunto), mas por seus relatos apresentarem informações essenciais para a reflexão deste estudo.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas nos dias 04, 06 e 09 de junho de 2019. Diferentemente dos demais grupos, não foi feito contato prévio com os visitantes e escaladores do PEP. Para esses dois grupos foi feita uma abordagem pessoal do pesquisador nas limitações do Parque.

<b>ENTREVISTADO</b>	<b>REPRESENTANTE</b>
<b>Entrevistado A</b>	Secretaria de Turismo de Pirenópolis
<b>Entrevistado B</b>	SECIMA
<b>Entrevistado C</b>	AEP
<b>Entrevistado D</b>	Guias e Condutores dos Pireneus
<b>Entrevistado E</b>	Escalador (a)
<b>Entrevistado F</b>	Escalador (b)
<b>Entrevistado G</b>	Escalador (c)
<b>Entrevistado H</b>	Escalador (d)
<b>Entrevistado I</b>	Visitante (a)
<b>Entrevistado J</b>	Visitante (b)

**Quadro 1: Entrevistados**

**Fonte:** próprio pesquisador.

### **3.3. PÓS-CAMPO**

A primeira ação realizada após o trabalho de campo foi a de transcrever as informações obtidas das gravações de áudio feitas durante as entrevistas semiestruturadas. Com isso, foi possível realizar uma sistematização dos relatos, por meio de quadros, das perguntas que se repetiram a todos os entrevistados, de modo a

identificar as similitudes, contradições e complementações dos relatos. As perguntas que não se repetem foram analisadas, separadamente.

A análise, de vertente descritiva, e a reflexão crítica destes relatos foram feitas a partir de correlações estabelecidas com a discussão teórica pautada nos mesmos autores utilizados e citados no pré-campo, e a criação de categorias de análise.

## **CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Este capítulo apresenta a análise e reflexão crítica das informações e percepções obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas. Primeiramente é traçado o perfil dos entrevistados e das entidades que representam.

Na sequência, os trechos de relatos são organizados e expostos por meio de similitudes, contradições e complementações das respostas dos entrevistados, possibilitando a sistematização em categorias de análise utilizadas para a reflexão crítica dos resultados alcançados.

Como dito anteriormente, as razões que levaram a escolha de refletir sobre o cenário latente de conflito e a prática de escalada no PEP se dão pelo fato deste pesquisador frequentar o Parque desde o ano de 2012, regularmente, para a prática do esporte. Durante esses anos foi possível, não só, identificar, mas também, vivenciar situações conflituosas de escaladores com funcionários do PEP e com guias turísticos. A intenção do pesquisador ao realizar esta pesquisa foi de compreender as motivações de cada ator, com vistas a mitigar o conflito identificado.

### **4.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS**

Foram realizadas um total de dez entrevistas, sendo que quatro delas com representantes de entidades com participação ativa no PEP. Foram elas: Secretaria de Turismo de Pirenópolis; Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA); Associação de Escalada do Planalto Central (AEP); e Associação de Guias e Condutores dos Pireneus (AGCP). As seis entrevistas restantes foram realizadas com os visitantes do PEP, sendo quatro deles escaladores e dois visitantes não praticantes do esporte.

As primeiras perguntas feitas tiveram como objetivo traçar o perfil dos entrevistados, sendo realizadas perguntas referentes aos dados pessoais dos respondentes, tais como: idade; gênero; escolaridade; e profissão. As informações coletadas serão apresentadas a seguir, no **Quadro 2**:

ENTREVISTADO	IDADE	GÊNERO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO
Secretaria de Turismo Pirenópolis	37	Masculino	Superior Completo	Funcionário Público
SECIMA	60	Masculino	Pós-graduação	Engenheiro Agrônomo
AEP	32	Masculino	Pós-graduação	Analista Ambiental
Guia Turístico	52	Masculino	Ensino Médio Completo	Guia Turístico
Escalador (a)	26	Masculino	Superior Completo	Educador Físico
Escalador (b)	29	Masculino	Superior Completo	Engenheiro Florestal
Escalador (c)	26	Masculino	Superior Incompleto	Estudante
Escalador (d)	25	Masculino	Ensino Médio Completo	Professor
Visitante (a)	27	Masculino	Superior Completo	Autônomo
Visitante (b)	24	Masculino	Superior Incompleto	Motorista

**Quadro 2: Perfil dos entrevistados**

**Fonte:** próprio pesquisador.

Foi constatado que: todos os entrevistados são do gênero masculino; apresentam idade média entre 24 e 60 anos; escolaridade varia entre “ensino médio completo” e “pós-graduação”, dois possuem ensino médio completo, dois possuem superior incompleto, quatro possuem superior completo e dois possuem pós-graduação; quanto à profissão dos respondentes, um era autônomo, um analista ambiental, um educador físico, dois engenheiros, um estudante, um funcionário público, um guia turístico, um motorista e um professor.

## 4.2. ANÁLISE E REFLEXÃO CRÍTICA

### 4.2.1. Atuação da SECIMA na gestão do PEP

A primeira pergunta apresentada a todos os entrevistados teve como objetivo reconhecer sua opinião sobre como é feita a gestão do PEP, além de tentar identificar quais seriam os principais problemas/obstáculos enfrentados pela Secretaria (ver **Quadro 3**). Com isso, foi possível identificar não somente as limitações enfrentadas pelo órgão gestor, mas também, ações mais recentes que vêm beneficiando o Parque.

<b>Entrevistado</b>	<b>Relato do Entrevistado</b>
Entrevistado A	<i>“Não seria obstáculo, mas o grande foco deles deve ser a implantação do Parque. Porque até hoje o Parque não foi implantado, né? Você tem um Parque lá, mas ele não é fechado, não tem controle de visitantes, não tem uma portaria descente, a infraestrutura dele é muito precária. A partir do momento que ele for implantado, eu creio que vêm as melhorias”.</i>
Entrevistado B	<i>“Nos últimos anos o Parque ficou sem a estrutura necessária, não por culpa da antiga gestão, mas devido a cortes de gastos na nova administração Estadual e o Parque ficou meio que vazio. Então eu entrei em abril e trouxe mais três funcionários. O material de combate a incêndio tá pouco. Tá meio precário, mas tá andando, o Parque melhorou muito de 2002, que não tinha nem funcionário, nem terra. Eu reconheço que o Parque, ambientalmente falando, ganhou muito e como Entidade também”.</i>
Entrevistado C	<i>“De desafio acho que têm vários, desde pouco recurso para fazer as ações que eles pensam; o Parque ainda não é cercado, não tem delimitação, o Plano de Manejo não foi aprovado ainda, então um desafio grande é esse, de ter um instrumento claro de gestão no Parque”.</i>
Entrevistado D	<i>“Tem muita área intangível. No Morro do Cabeludo mora uma águia chilena, então foi proibida a escalada lá. A águia voltou agora e o povo tá querendo voltar a escalar lá e número de escaladores vem aumentando, já que é o melhor ponto de escalada de boulder do Brasil, né?”.</i>
Entrevistado E	<i>“A comunicação. Manter um espaço de diálogo mais aberto entre as pessoas que frequentam o Parque e a gestão pra promover mais debates buscando medidas de segurança e para cuidar do Parque de forma mais sustentável”.</i>
Entrevistado F	<i>“Tanto na questão de infraestrutura, estradas, regras, investimento em propaganda pro Parque, eu acredito que sempre pode melhorar”.</i>
Entrevistado G	<i>“Acredito que a falta de investimento do Estado com as UC, em geral. O Parque tem potencial incrível pra receber turista, mas a infraestrutura é falha, a sinalização precária e muitas outras coisas que poderiam melhorar. Se tivesse dinheiro pra ser investido, eu acho que mudaria bastante”.</i>
Entrevistado H	<i>“A escalada tem crescido bastante, principalmente aqui na nossa região. Talvez seja um obstáculo, pra eles, lidar com esse aumento do fluxo de pessoas. Talvez seja necessária essa reavaliação da capacidade de carga e de qual é a melhor maneira de cuidar das coisas”.</i>
Entrevistado I	<i>“Falta de assistência ao visitante, um Centro de Atendimento ao Turista, talvez na entrada do Parque, uma portaria onde a pessoa possa pegar uma informação, que tenha um banheiro acessível, um lugar que ela possa se conscientizar das normas do Parque, porque não existe um lugar que fale das normas abertamente, você que tem que ir atrás”.</i>
Entrevistado J	<i>“Lidar com a quantidade de turista, que pode trazer impacto; e na organização da estrutura do Parque”.</i>

**Quadro 3: Quais são os problemas/obstáculos enfrentados na gestão do PEP**

Fonte: próprio pesquisador.

Pode-se perceber que todos os entrevistados identificam as questões de infraestrutura como um obstáculo central para a gestão do PEP. Os representantes das entidades entrevistados (Secretaria de Turismo de Pirenópolis, SECIMA e AEP) identificam a implantação do Plano de Manejo do PEP como uma ação importante para a mitigação de problemas relacionados à infraestrutura.

Pode-se perceber que a falta de um instrumento claro de gestão não só influencia na infraestrutura deficitária do PEP, como também na relação entre os atores envolvidos e nas formas de utilização desse equipamento. O PEP apresenta vulnerabilidades, tais como dificuldades de contratação e manutenção de funcionários, fraca aplicação de leis e o monitoramento precário das atividades ilegais. Tratando-se de UC que admite a utilização turística, esses aspectos são bastante recorrentes e evidentes no Brasil (RODRIGUES, 2009 *apud* COSTA, 2013).

Os entrevistados E e I apresentaram em seus relatos indícios dos problemas de visitação enfrentados por eles (tais como falta de infraestrutura e assistência ao visitante, de comunicação e sinalização), mas é possível relacioná-los à falta de investimento e de verba citados pelos demais entrevistados.

#### 4.2.2. Percepções sobre a prática de escalada

Todos os entrevistados também foram perguntados a respeito da percepção que têm sobre a prática de escalada no PEP (**Quadro 4**). A identificação da opinião dos entrevistados, quanto à escalada, viabiliza compreender melhor como eles são afetados pela prática e como se dá a dinâmica da relação entre os diferentes atores.

<b>Entrevistado</b>	<b>Relato do Entrevistado</b>
Entrevistado A	<i>“A escalada, em si, é um esporte sempre bem-vindo. Creio que se tiver um estudo de certa área para a prática ela poderá ser, tranquilamente, usada para este fim”.</i>
Entrevistado B	<i>“A administração tem interesse nesse tipo de visitação, não estamos expulsando ninguém, muito pelo contrário, sempre foi um Parque com muita visitação. O perfil do visitante está mudando, entraram novos figurantes nesse movimento turístico e um exemplo típico são os escaladores. Então a gente está tentando fazer um controle para, pelo menos, saber quem são essas pessoas”.</i>
Entrevistado C	<i>“De maneira geral não consigo dizer, porque eu só tive contato com o gestor e não sei o quanto que ele representa a visão da Secretaria. Mas o gestor atual parece que enxerga a escalada como uma atividade muito importante, ele valoriza, mas como gestor ele tem essas preocupações de garantir que não vão escalar em local proibido e ter certos cuidados na visitação e que são preocupações bem pertinentes”.</i>
Entrevistado D	<i>“Todo Parque tem a parte de diversões. Tem as partes que são demarcadas para fazer escalada. Lá o que tá acontecendo no Parque eles estão fazendo um “trem” desordenado, né? Porque tem as partes que não é pra visitar, eles “tão” visitando, fazendo escalada, quebrando planta. Muitos vão lá pela primeira vez e não sabem como fazer e estragam o cerrado”.</i>
Entrevistado E	<i>“Eles acham que é uma prática predatória. Eles acham que a gente está estragando e depredando o Parque, mas eu discordo totalmente”.</i>
Entrevistado F	<i>“Eu acredito que varia, tem gente que acha interessante e que acha legal a prática do esporte em ambientes naturais. Mas tem muita gente que eu acredito</i>

	<i>que vê como uma competição de estar e de uso, porque tem sempre uma grande quantidade de gente. [...] Mesmo tendo os lugares específicos de escalada, mas são locais conhecidos pelos outros turistas também”.</i>
Entrevistado G	<i>“Eu sei que os guias não gostam muito dos escaladores, eu já vi amigos meus tendo problema com guias. [...] Os turistas acham massa. No início não entendem nada, mas eles ficam muito curiosos, às vezes até param pra ver por um tempo, já o pessoal da SECIMA nunca nem vi”.</i>
Entrevistado H	<i>“É comum cruzar com uma galera fazendo trilha e que nunca se depararam com a escalada e uma reação muito comum é de que a gente é meio doido de fazer isso, acho que eles têm essa ideia que escalada é muito radical e perigo. Já cruzei com guias e parece que eles já veem a escalada como algo comum”.</i>
Entrevistado I	<i>“Eu acho muito legal, já é uma tradição dos escaladores, tem eventos que são feitos aqui e é uma atividade que integra o ser humano com a natureza, pelo esporte, e pela saúde”.</i>
Entrevistado J	<i>“Eu vejo a prática de escalada como um fator positivo, porque além de dar incentivo aos escaladores visitarem é um tipo de atividade que não causa prejuízo ao Parque”.</i>

#### **Quadro 4: Opinião sobre a escalada no PEP**

**Fonte:** próprio pesquisador.

No que tange à opinião dos entrevistados, eles apresentam em seus relatos tanto similitudes em suas respostas, como contradições. Novamente as entidades mostram-se alinhadas em suas respostas quanto às percepções da prática, como sendo um uso importante para o desenvolvimento e manutenção do PEP.

O representante dos guias, apesar de reconhecer a escalada como uma prática válida, demonstra certo descontentamento de como vem sendo realizada nas limitações do Parque. Porém, seu relato se complementa aos relatos dos outros representantes das entidades, no que diz respeito à regulamentação da atividade e da necessidade de estudos para que sejam realizadas boas práticas.

Quanto aos visitantes não praticantes, estes relatam ter pouco contato e conhecimento sobre o assunto, mas se mostram a favor do esporte.

Os escaladores não foram questionados sobre a visão que têm da escalada, mas sim como acreditam ser vista a atividade por guias e por visitantes não praticantes. Nesta questão pode-se perceber contradições em seus relatos. Enquanto o entrevistado E relatou que a escalada é vista, pelos guias, de forma predatória, o entrevistado H expôs uma opinião completamente oposta.

*Não é bem visto, também veem de forma predatória. [...] Faz tempo que eu não visito o Parque com frequência, mas não há interação, cada um age de acordo com o seu objetivo. Os guias estão lá para fazer o trabalho deles e os escaladores estão lá para fazer o esporte deles (Entrevistado E).*

*Já faz muitos anos que os escaladores frequentam o Parque, então minha pequena trajetória e experiência já é diferente da que os pioneiros têm; os guias são sempre simpáticos, conversam conosco quando passam, é bem legal (Entrevistado G).*

Os dois relatos apresentados acima, apesar de contraditórios, elucidam bem os elementos da relação entre estes atores. Enquanto o entrevistado E tem uma percepção de contatos estabelecidos há anos, o entrevistado G apresenta informações de contatos mais recentes, mostrando alterações na dinâmica dessa relação.

Os representantes da Secretaria de Turismo de Pirenópolis e da SECIMA apresentaram o mesmo posicionamento ao afirmar que já tiveram conhecimento de situações conflituosas entre guias e escaladores, mas ambos concordam que não houveram casos graves. O presidente da AEP também reconheceu a existência de pequenos problemas entre esses grupos, dando suporte ao posicionamento das outras entidades. Este relato é importante para se entender a relação estabelecida entre os dois grupos, por representar o posicionamento da AEP, além de evidenciar a vivência do entrevistado enquanto escalador.

*A relação dos escaladores com outros frequentadores é tranquila, às vezes tem uma ou outra coisa com conflito de uso, porque tem algumas áreas que são frequentadas por escaladores e outras pessoas, às vezes para um ônibus com guia, mas acho que não gera nenhum conflito (Entrevistado C).*

Quando questionado há quanto tempo viria ocorrendo um uso desordenado no Parque, exposto no **Quadro 3**, o representante de guias e condutores relatou da seguinte maneira:

*Há uns oito anos já. O número de escaladores vem aumentando e sendo o melhor ponto de escalada de boulder do Brasil, né? [...] Hoje tem uma parte de escaladores que mora aqui em Pirenópolis e tenta minimizar os impactos ambientais, falando pro pessoal onde que pode escalar. Os próprios escaladores de Pirenópolis ficam tentando barrar eles, mas o Parque é grande demais. A maior parte de escaladores é de Brasília (Entrevistado D).*

A fala do entrevistado D evidencia mudanças na dinâmica da relação entre guias e escaladores. Os elementos aparentes dessa alteração podem ser explicados a partir da percepção exposta pelo gestor do PEP.

*Acho também que há um pouco de ciúmes, porque muitos seriam potenciais clientes dos guias, mas os próprios escaladores têm como fazer suas práticas sem precisar de guia. No passado isso gerou um atrito, mas eu tenho a impressão de que agora eles estão se contentando, não estão mais competindo diretamente com os escaladores. Mas pode ser que se tenham alguns atritos ainda, até porque o guia é local, o escalador vem até de outros estados, que é o Distrito Federal (Entrevistado A).*



O PEP apresenta números significativos de visitantes de Brasília e de Goiânia, porém ambas as falas demonstram incômodo apenas com a presença dos visitantes provenientes de Brasília.

Devida a relação próxima estabelecida entre os escaladores locais com os guias, percebe-se que estes atores ocupam, dentro deste cenário, uma posição de apoio às reivindicações dos guias, tendo em vista que suas ações são favoráveis ao desfecho do conflito, porém sem abrir mão de suas próprias demandas enquanto escaladores (NASCIMENTO, 2001).

#### **4.2.3. Aspectos conflituosos aparentes**

Foi feita uma pergunta buscando compreender os motivos que geraram tais situações conflituosas. Os entrevistados relataram algum tipo de atrito envolvendo os atores. O objetivo desta pergunta foi identificar pontualmente as ações que divergem as opiniões de cada grupo. Sete entrevistados reconheceram a existência de atritos envolvendo escaladores e guias turísticos.

As situações mais recorrentes apresentadas nos relatos estão relacionadas ao: horário de visitação; à visitação de áreas intangíveis, como o Morro do Cabeludo; e aos impactos causados ao meio ambiente, como depredação de plantas e rochas e a degradação gerada pelo uso intensivo.

*Com relação a guias e o uso de escaladores, já teve esse conflito devido a, por exemplo, no Morro do Cabeludo tinha lá, não sei se tem ainda, a águia cinzenta que vai pra lá para se reproduzir e ali o pessoal tinha muito contato. O pessoal às vezes fica à noite escalando, então tem um pouco de conflito, um pouco de “rixa” dos escaladores e com os guias, devido ao uso intensivo de algumas áreas que tenham reprodução de animais que você acaba espantando; o guia, querendo ou não, tá ganhando dinheiro com a contemplação (Entrevistado A).*

*[...] tinham certos atritos com escalador pelo uso do magnésio que fica todo na pedra e em toda a área da via que fica bem degradada, então os guias reclamavam muito disso (Entrevistado B).*

*Tem muita área intangível, no Morro do Cabeludo mora uma águia chilena, então foi proibida a escalada lá. A águia voltou agora e o povo tá querendo voltar a escalar lá (Entrevistado D).*

*O Morro do Cabeludo tá fechado para a escalada, mas tem gente que diz que está liberado. Mesmo fechado ainda tem gente que vai, então têm esses conflitos de uso, que eu acho que são normais e que fazem parte e que eu acho que é muito por essa questão de não ter um Plano de Manejo claro. [...] O principal “lance”, para nós da escalada, que o Parque tem uma posição e tem pessoas que frequentam o Parque e que têm outra posição é o Cabeludo mesmo (Entrevistado C).*

No trecho acima, o presidente da AEP expõe uma demanda real da comunidade escaladora, porém complementou a sua fala com um importante contraponto às vontades da comunidade que o mesmo representa.

*[...] Mas em um espaço que é público e todos têm que usar e respeitar, a gente tem que saber que, às vezes, tem um limite ali, então nós vamos fazer uma comunicação agora pra explicar pros escaladores qual a justificativa; a comunidade escaladora tem que saber negociar e entender essa questão (Entrevistado C).*

Outras situações relatadas são referentes à comunicação ineficiente e a disputa pelo uso de áreas de visitação, que são comuns a ambos os grupos.

*(com guias) Acho que talvez seja a mesma questão das pessoas que acham que os lugares ficam muito cheios, talvez para eles tenha algum tipo de incômodo. Eu nunca ouvi a opinião de nenhum guia, mas acredito que tenha um conflito (Entrevistado F).*

*Uma vez eu estava com amigos que trouxeram o cachorro deles pra cá, eu até sei que não pode, mas aconteceu. Bem nesse dia chegou um guia com um grupo de crianças e o “dog” começou a latir muito; assistiu algumas crianças, mas foi só isso. O guia ficou indignado e praticamente expulsou a gente de lá, foi muito constrangedor (Entrevistado G).*

Os relatos recorrentes desta categoria de análise foram sistematizados, por meio de quadro (ver **Quadro 5**), buscando identificar os motivos que levaram a ocorrência de atritos entre os atores, facilitando a compreensão desses fatores.

Entrevistados	Categoria de Análise				
	Horário de visitação	Morro do Cabeludo	Degradação do ambiente	Disputa pelo uso da área	Falha de comunicação
Entrevistado A	X	X	X		
Entrevistado B		X	X		
Entrevistado C		X		X	X
Entrevistado D	X	X	X		
Entrevistado E					X
Entrevistado F	X			X	X
Entrevistado G	X	X	X		

**Quadro 5: Motivos do desgaste na relação entre os atores**

Fonte: próprio autor.

Apesar de identificarem a visitação do Morro do Cabeludo como problemática e, alguns entrevistados utilizarem o termo “conflito” em seus relatos, os mesmos se contradizem ao afirmarem que não há, de fato, conflito real entre os atores.

Alguns atores envolvidos relataram todos os elementos que caracterizam um conflito (NASCIMENTO, 2001) presentes em suas relações, apesar de não o categorizarem como tal. No Capítulo 2 foi explicitado que conflitos não são, necessariamente, negativos, mas sim podem servir como forma de sociação que é indispensável para a coesão social (SIMMEL, 1983; NASCIMENTO, 2001; VARGAS, 2007). Porém, ao negar a existência do conflito, mesmo reconhecendo seus elementos, pode-se inferir que os envolvidos o identificam como algo negativo, ou não têm conhecimento dos elementos necessários para a caracterização de conflito.

Ainda relacionando os elementos descritos por Nascimento (2001), a partir dos relatos, é possível identificar a natureza do conflito como socioambiental, isso devido à disputa gerada entre os distintos grupos pelos tipos de relação que mantêm com o meio ambiente (LITTLE, 2001); o objeto em disputa mostra-se como sendo a utilização do Morro do Cabeludo; seus atores principais são os guias e escaladores; e suas motivações variam entre eles (os guias lutam pela permanência da proibição da visitação e escalada na área, mantendo a intangibilidade do local, enquanto escaladores impõem certa pressão para a liberação da prática no Cabeludo, muitas vezes desrespeitando a proibição imposta e frequentando a área clandestinamente).

A questão dos horários de visitação e a prática da escalada noturna mostraram-se recorrentes entre algumas falas, contudo o Secretário de Turismo vê possibilidades para mitigar este problema:

*Com a implantação do Parque vai ser estabelecido horário de funcionamento. Então, por exemplo, numa lua cheia você poderia ter um diferencial na visitação para o pessoal poder contemplar (Entrevistado A).*

O entrevistado A aborda um tema interessante para o problema apresentado. No Brasil, ao menos dez UCs já realizam atividades noturnas em suas áreas, e diversas outras demonstram a possibilidade e o interesse em oferecer esse tipo de serviço/visitação. Não existem, ainda, normas e diretrizes estabelecidas que norteiem o desenvolvimento dessas atividades, mas os exemplos existentes podem ser ferramentas

importantes para o planejamento dessas práticas em outras áreas protegidas (KUNDLATSCH; MOREIRA, 2019).

O PEP também tem condições de desenvolver visitas noturnas, após realizar os devidos estudos de viabilidade, agregando ainda mais valor e atratividade ao equipamento. Estudos devem ser realizados minuciosamente, para que assim o PEP mantenha as suas características naturais, além do principal objetivo de sua criação: a conservação da fauna e flora.

Quanto à dinâmica, analisando a sua evolução, este conflito pode ser classificado como longo, parcimonioso e crônico. O surgimento de novos atores, ao longo do tempo, altera a lógica das relações estabelecidas entre eles. Apesar de perdurar por alguns anos, não foram obtidos relatos de embates violentos entre os envolvidos, por isso pode ser classificado como parcimonioso, e crônico devido ao fato de vir e voltar, mostrando-se latente e velado em certos momentos (NASCIMENTO, 2001).

#### **4.2.4. Participação e contribuições da AEP**

No momento de pré-campo descobriu-se a existência do Conselho Consultivo do PEP. A partir disso foi feita uma pergunta aos representantes das entidades entrevistadas, buscando compreender a atual situação do Conselho e, de como se dá o processo de tomada de decisão referente ao Parque. A Secretaria de Turismo de Pirenópolis, a SECIMA e a AEP têm cadeira no Conselho, porém os três entrevistados relataram que há anos este Conselho está inativo. Apesar da atual inatividade, todos os entrevistados reconheceram a importância das reuniões realizadas no passado, como se pode perceber pelos relatos expostos a seguir:

*Eu fiz parte do Conselho Consultivo do PEP por dois mandatos, representando a Secretaria de Turismo, e se eu não me engano, tem um bom tempo que ele não está ativo, não existe. Vamos ver se nessa nova gestão do Governo do Estado, por ser um Parque Estadual, provavelmente uma nova gestão estadual incentive e faça com que ele reative (Entrevistado A).*

*Quando estava ativo, o Conselho funcionou muito bem, inclusive a intangibilidade do Morro do Cabeludo foi definida pelo Conselho e vem sendo usada até hoje. Mas temos um projeto pra recuperar o Conselho. Estamos batalhando para elaborar um novo Plano de Manejo, nos moldes do ICMBio, e para esse Plano de Manejo funcionar é obrigatório que o Conselho esteja funcionando (Entrevistado B).*

*A AEP até tem uma cadeira no Conselho Consultivo, mas ele já está inativo tem um tempo, as pessoas das gestões passadas relatam ações participativas nas reuniões do Conselho, mas tem alguns anos que está inativo. E é uma ferramenta de gestão importante que faz o pessoal participar mais nos caminhos do Parque (Entrevistado C).*

A definição do Morro do Cabeludo como área intangível, resultante dessas reuniões. Foi a ação identificada de maior relevância para o Parque. Todavia, este não foi o único resultado alcançado pelo Conselho. Com relação à escalada foi possível perceber o estreitamento da relação entre a SECIMA e a AEP, possibilitando o contato direto entre estes atores, apesar da inatividade do Conselho.

*A relação tem sido positiva, a gente tem uma relação mais direta com o gestor e tem sido boa. Ele foi ao Cocalcinhas, nós o levamos lá pra fazer uma fala pra galera, ele viu o movimento e ficou super animado com tudo que é feito pela escalada. Ele é um cara super aberto e a gente tem que aproveitar pra aproximar a relação (Entrevistado C).*

Ao comparar a relação que era estabelecida entre a SECIMA e os escaladores anos atrás, o relato de um dos entrevistados dá suporte e complementa o raciocínio do presidente da AEP:

*Muita coisa mudou desde que a AEP começou os trabalhos. Só de pensar que o gestor do Parque esteve aqui no Cocalcinhas pra conversar com a gente, por várias horas, e foi um papo muito maneiro, sendo que há um tempo atrás a galera do Parque ficava correndo atrás da gente pra expulsar, ameaçando multar e tudo mais. Mudou bastante e pra melhor, com certeza (Entrevistado F).*

Neste cenário a AEP apresenta-se como um importante mediador do conflito identificado. A AEP se utiliza de estratégias conhecidas e que se mostram eficazes quando aplicadas corretamente. Ao manter um espaço de diálogo aberto, a AEP busca conciliar as demandas da comunidade escaladora às da SECIMA. Tendo em vista que as necessidades não são negociáveis, o papel da Associação é de encontrar pontos de interesse em comum entre os grupos, buscando a resolução do conflito (LITTLE, 2001; NASCIMENTO, 2001; VARGAS, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram encontradas, pelo pesquisador, algumas limitações durante o processo de realização deste estudo. A falta de informações oficiais a respeito do PEP talvez tenha sido a maior delas. Estabelecer o primeiro contato com o gestor e com funcionários quase não foi possível, apesar das inúmeras tentativas do pesquisador, via telefone, além de tentativas frustradas de contato direto nas limitações do Parque. Por fim, o contato com o gestor foi estabelecido, via telefone, e, com isso, foi possível a obtenção de informações e dados essenciais para o estudo. O pesquisador acredita que, pelo fato de a entrevista ter sido realizada por telefone, perdeu-se um pouco do contato entre entrevistador e entrevistado, logo, o conteúdo das informações obtidas poderia ser mais rico.

Apesar das limitações encontradas, foi dada continuidade à execução da pesquisa, que teve como objetivo geral refletir sobre o cenário de conflitos latentes no Parque Estadual do Pireneus/GO, com vistas a uma prática mais sustentável do Turismo.

Inicialmente acreditava-se que havia um conflito real entre o órgão gestor do PEP e os escaladores. Contudo, após o levantamento de dados primários, percebeu-se não haver conflito real entre a gestão e os escaladores, mas sim um conflito velado dos escaladores com os guias turísticos que trabalham no Parque. Apesar dos resultados alcançados não corresponderem com o esperado (hipótese ter sido refutada), o pesquisador acredita ter atingido o objetivo da pesquisa ao identificar outra relação conflituosa entre alguns atores do PEP.

Como primeiro desafio o pesquisador buscou compreender melhor o seu objeto de estudo, sendo proposta uma contextualização multidimensional do loco de pesquisa. Dessa forma, foi possível identificar que, apesar de geograficamente estar bem localizado, o PEP apresenta diversos obstáculos para a sua manutenção. Criado em 1987, até o momento não foi implantado qualquer tipo de instrumento de gestão válido no Parque. A falta de recursos e investimento, por parte do Governo do Estado de Goiás, inviabiliza as ações necessárias e pretendidas, pelo órgão gestor, para melhoria do equipamento. Contudo, o PEP apresenta uma alta potencialidade turística, já dispondo de atrativos bastante visitados.

Os afloramentos rochosos, característicos do Cerrado rupestre e presentes por todo o PEP, atraem um grupo específico de visitantes, os escaladores. Porém este não é o único perfil de visitantes. A fauna e flora, típicas do bioma, se mostram como um forte atrativo, além de cachoeiras e mirantes espalhados pelo Parque. O Turismo Religioso, também, se faz muito presente com a “Festa do Morro”, evento que ocorre anualmente no Pico dos Pirineus. Com isso, cumpre-se o primeiro objetivo específico do estudo.

O segundo desafio proposto foi de caracterizar o cenário de conflito existente. Para isso, a exposição da bibliografia referente a conflitos e conflitos socioambientais se mostrou essencial. A partir dos relatos obtidos, por meio das entrevistas semiestruturadas, o pesquisador reconheceu os principais elementos para a caracterização do conflito, tais como, os atores envolvidos, que são: a gestão do PEP; a Associação de Escalada do Planalto Central; os escaladores; e os guias turísticos que trabalham no Parque. O objeto em disputa gira em torno das utilizações do espaço, desde visitas às áreas proibidas, ao horário de visita e aos hábitos de conduta dos frequentadores. Concretizou-se, assim, o segundo objetivo específico.

O terceiro e último desafio foi de analisar criticamente sobre o cenário de conflito e as possibilidades alternativas para um Turismo mais sustentável. Ainda a partir dos relatos dos entrevistados, pôde-se perceber que todos têm um grande sentimento de pertencimento para com o PEP, apesar de apresentarem opiniões divergentes quanto ao seu uso. Enquanto os guias reconhecem o PEP como uma fonte de renda, logo, buscam a sua preservação, os escaladores buscam um momento de diversão, aliados ao contato com a natureza e à prática de atividades físicas.

Os guias que frequentam o PEP têm reivindicações e argumentos válidos, quando relacionados a certas práticas nas limitações do Parque. A AEP surge neste cenário como um importante mediador. Inclusive, mostra-se como maior responsável pela mitigação do conflito existente. A participação da AEP é tão efetiva que alguns atores não reconhecem mais o cenário como conflituoso, mas apenas reconhecem que existem divergências de opiniões entre os grupos. Percebeu-se também, que apesar de terem opiniões divergentes, todos os atores mostram-se dispostos ao debate e a uma maior abertura nos espaços de diálogo ainda bastante reduzidos.

Um elemento importante para concretização deste cenário se dá pela razão de que o PEP não tem, ainda hoje, um instrumento de gestão claro e efetivo aplicado, como exemplo, um Plano de Manejo. Apesar dos esforços da atual gestão, reconhecidos pelos entrevistados, o PEP necessita de mais investimentos do Estado de Goiás para que ações de melhorias possam ser tomadas, como melhorias na infraestrutura, contratação de funcionários para manutenção do Parque e melhorias na fiscalização da visitação.

As Unidades de Conservação apresentam importância imensurável para o meio ambiente e os ecossistemas no qual estão inseridos. Mas, além disso, podem desempenhar papel social fundamental nos municípios e regiões em que se encontram. Quando aliadas à prática de Turismo as UCs também podem impactar positivamente na economia do destino. Além disso, a visitação em UC pode servir, ainda, para a sua manutenção e desenvolvimento. Para que os impactos positivos se sobreponham aos negativos, futuros estudos devem ser realizados, porém é sabido que estes estudos dificilmente se esgotarão, devido à complexidade e limitações de incentivos, por parte do Estado, apresentados pela localidade.



## REFERÊNCIAS

AEP (2019). Associação de Escalada do Planalto Central. **Quem Somos**. Disponível em: <<https://www.aepescalada.com.br/sobre-a-aep/quem-somos/>>. Acesso em: 12 de abril 2019.

BRASIL (2006). Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais**. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf)>. Acesso em: 2 de maio 2019.

BRASIL (2000). Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, ano 179, 18 de julho de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em: 29 de maio 2019.

BRASIL (2008). Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, ano 189, 17 de setembro de 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm)>. Acesso em: 5 de maio 2019

BRASIL (2010). Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL (2011). Ministério do Meio Ambiente. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/250/\\_publicacao/250\\_publicacao30082011035301.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/250/_publicacao/250_publicacao30082011035301.pdf)>. Acesso em: 29 de maio 2019.

BRASIL (2018). Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>>. Acesso em: 5 de maio 2019.

BRASIL (2019). Ministério do Meio Ambiente. **O bioma Cerrado**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>>. Acesso em: 12 de abril 2019.

BRASIL (2019b). Ministério do Turismo. **Cadastur**. Disponível em: <<http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/cadastur.jsp>>. Acesso em: 20 de abril 2019.

BRASIL (2019c). Ministério do Meio Ambiente. **O que são Unidades de Conservação**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao.html>>. Acesso em: 29 de maio 2019.

COLES, Tim; DUVAL, David Timothy; SHAW, Gareth. **Student's Guide to Writing dissertations and these in tourism studies and related disciplines**. Oxon: Routledge, 2013.

COSTA, Helena Araújo. **Destinos do Turismo: percursos para a sustentabilidade** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DA SILVEIRA, Irina Alves; DE ARAÚJO PESSOA, Otávio Augusto. **Análise Geomorfológica do município de Pirenópolis no Estado de Goiás utilizando sistema de informação geográfica**. 2009. – Universidade de Brasília. Disponível em: < [http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos\\_expandidos/eixo1/024.pdf](http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/resumos_expandidos/eixo1/024.pdf)>. Acesso em: 12 de abril 2019.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

FONTELES, José Osmar. **Turismo e impactos socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. São Paulo Atlas 2008.

ICMBio (2018). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Visitação nos parques nacionais cresce 20% em 2017**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9484-visitacao-nos-parques-cresce-20-em-2017>>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

ICMBio (2019). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Planos de Manejo**. Disponível em:

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/planos-de-manejo>>. Acesso em: 30 de maio de 2019.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.

KUNDLATSCH, Cesar Augusto; MOREIRA, Jasmine Cardozo. **Atividades noturnas nos parques nacionais do Brasil: aspectos conceituais e breve diagnóstico**. Terr@Plural, Ponta Grossa, v.13, n.1, p. 176-188, jan./abr. 2019.

LITTLE, P.E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política**. In: BURSZTYN, M. (Org.) *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond; 2001, p. 107-122.

LÔBO, Tereza Caroline; CURADO, João Guilherme (2008). **A Festa do Morro - Pirenópolis/GO**. Universidade Federal de Goiás. Disponível em <<https://festaspopulares.iesa.ufg.br/n/3741-a-festa-do-morro-pirenopolis-g>>. Acesso em: 08 de abril 2019.

MOESCH, Marutschka Martini. **Epistemologia social do turismo**. Tese (doutorado). Escola de Comunicação e Artes / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NASCIMENTO, E. P. **Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual**. In: BURSZTYN, M. (Org.) *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 85-105.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**; trad: Sandra Netz. – Porto Alegre: Bookman, 2003.

PANROTAS (2018). **Turismo de aventura deve crescer 200% até 2023**. Disponível em: <[https://www.panrotas.com.br/mercado/turismo/2018/02/turismo-de-aventura-deve-crescer-200-ate-2023\\_153121.html](https://www.panrotas.com.br/mercado/turismo/2018/02/turismo-de-aventura-deve-crescer-200-ate-2023_153121.html)>. Acesso em: 22 de março 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ DE GOIÁS (2019). **História**. Disponível em: <<https://corumbadegoias.go.gov.br/historia/>>. Acesso em: 08 de abril 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS (2012). **Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis** (2012 – 2016). Disponível em: <

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3017622/mod\\_resource/content/2/Piren%C3%B3polis.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3017622/mod_resource/content/2/Piren%C3%B3polis.pdf)>. Acesso em: 08 de abril 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS (2017a). **Conselho Municipal do Turismo**. Disponível em: < <https://www.pirenopolis.go.gov.br/conselhos/conselho-do-turismo>>. Acesso em: 08 de abril 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRENÓPOLIS (2017b). **Conselho Municipal do Meio Ambiente**. Disponível em: < <https://www.pirenopolis.go.gov.br/conselhos/conselho-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 08 de abril 2019.

SÉ, Mateus Silva Reginato. **(Ir) responsabilidade Corporativa: o papel do empresariado nos processos de inclusão socioeconômica no turismo em Pirenópolis - GO**. Monografia – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2016.

SEMAD (2017a). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parque Estadual dos Pirineus (PEP)**. Disponível em <<http://www.meioambiente.go.gov.br/planos-e-projetos/projeto-meia-ponte-para-todos/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1111-parque-estadual-dos-pirineus-pep.html>>. Acesso em: 16 de maio 2019.

SEMAD (2017b). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Área de Proteção Ambiental dos Pirineus (APA Pirineus)**. Disponível em: <<http://www.meioambiente.go.gov.br/planos-e-projetos/projeto-meia-ponte-para-todos/118-meio-ambiente/unidades-de-conserva%C3%A7%C3%A3o/1111-parque-estadual-dos-pirineus-pep.html>>. Acesso em: 16 de maio 2019.

SEMAD (2018). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Parque Estadual dos Pirineus recebe evento desportista internacional**. Disponível em: < <http://www.meioambiente.go.gov.br/noticias/893-parque-estadual-dos-pirineus-recebe-evento-desportista-internacional.html>>. Acesso em: 16 de maio 2019.

SEMAD (2019). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **A Secretaria**. Disponível em: <<http://www.meioambiente.go.gov.br/a-secretaria.html>>. Acesso em: 16 de maio 2019.

SIMMEL, Georg; MORAES FILHO, Evaristo de. **Georg simmel: sociologia**. São Paulo, SP: Ática, 1983.

SWARBROOKE, John et al. **Turismo de aventura: conceitos e estudos de casos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

THOMÉ FILHO, Jamilo José; MORAES, Juliana Maceira; PAULA, Thiago Luiz Feijó de. **Geoparque Pireneus (GO): proposta**. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (Org.). Geoparques do Brasil: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. Cap. 5.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 175 p.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

VARGAS, G. M. **Conflitos Sociais e Sócio-ambientais: Proposta de um Marco Teórico e Metodológico**. Revista Sociedade & Natureza, v. 19, n. 2, p. 191-203, dez. 2007.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I – Roteiro de entrevista semiestruturada com representante da Secretaria de Turismo de Pirenópolis

Roteiro de entrevista semiestruturada com representante da Secretaria de Turismo de Pirenópolis

SECRETARIA DE TURISMO PIRENÓPOLIS			
Idade:	Gênero: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro		
Profissão:			
Há quanto tempo exerce a função de Secretário de Turismo:			
Escolaridade:	<input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental Completo	<input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação <input type="checkbox"/> Não respondeu
1) Quais são os principais problemas enfrentados na gestão da Secretaria de Turismo de Pirenópolis?			
2) Qual a sua opinião sobre a gestão do PEP? Quais são os principais problemas/obstáculos identificados?			
3) Como é vista, pela Secretaria de Turismo, a prática de escalada no PEP? Quais os benefícios/prejuízos dessa atividade?			
4) Já foi relatado ou identificado algum caso de conflito envolvendo os praticantes de escalada no PEP?			
5) Qual a atual situação do Conselho Consultivo do PEP? Quem faz parte?			
6) Na sua opinião o que falta para que a utilização do PEP seja mais sustentável?			

### APÊNDICE II – Roteiro de entrevista semiestruturada com Gestor do PEP

Roteiro de entrevista semiestruturada com Gestor do Parque Estadual dos Pireneus

SECIMA			
Idade:	Gênero: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro		
Profissão:			
Há quanto tempo exerce a função de Gestor do PEP:			
Escolaridade:	<input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental Completo	<input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação <input type="checkbox"/> Não respondeu
1) Quais são os principais problemas/obstáculos na gestão do PEP?			
2) Quais são as principais atividades desenvolvidas no PEP? Dentre elas, alguma, em específico, tem gerado impactos negativos ou conseqüências predatórias para o PEP?			
3) Como se dá a prática de escalada no PEP? Existem regras de conduta para a realização? Essas regras são seguidas pelos praticantes?			
4) Como é vista, pela SECIMA, a prática de escalada no PEP? Quais os benefícios/prejuízos dessa atividade?			
5) Como é a relação entre a gestão do PEP e os escaladores/AEP? E entre os escaladores e os turistas? E entre os escaladores e os guias?			
6) Se “conflituosa”, quais os motivos para que essa relação se dê dessa forma?			
7) Qual a atual situação do Conselho Consultivo do PEP? Quem faz parte?			
8) Na sua opinião o que falta para que a utilização do PEP seja mais sustentável?			

## APÊNDICE III – Roteiro de entrevista semiestruturada com Presidente da AEP

Roteiro de entrevista semiestruturada com Presidente da Associação de Escalada do Planalto Central

AEP			
Idade:	Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro		
Profissão:			
Há quanto tempo exerce a função de Presidente da AEP:			
Escolaridade:	( ) Sem escolaridade ( ) Fundamental Incompleto ( ) Fundamental Completo	( ) Ensino Médio incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Ensino Superior Incompleto	( ) Ensino Superior Completo ( ) Pós-graduação ( ) Não respondeu
1) Qual a sua opinião sobre a gestão do PEP? Quais são os principais problemas/obstáculos identificados?			
2) Quais são as principais atividades desenvolvidas no PEP? Dentre elas, alguma, em específico, tem gerado impactos negativos ou conseqüências predatórias para o PEP?			
3) Como se dá a prática de escalada no PEP? Existem regras de conduta para a realização? Essas regras são seguidas pelos praticantes?			
4) Como é vista, pela SECIMA, a prática de escalada no PEP? Quais os benefícios/prejuízos dessa atividade?			
5) Como é a relação entre a AEP/escaladores e a SECIMA? E entre os escaladores e os turistas? E entre os escaladores e os guias?			
6) Se “conflituosa”, quais os motivos para que essa relação se dê dessa forma?			
7) Qual a atual situação do Conselho Consultivo do PEP? Quem faz parte?			
8) Na sua opinião o que falta para que a utilização do PEP seja mais sustentável?			

## APÊNDICE IV – Roteiro de entrevista semiestruturada com representante de Guias e Condutores de Pirenópolis

Roteiro de entrevista semiestruturada com representante de Guias e Condutores de Pirenópolis

REPRESENTANTE DE GUIAS E CONDUTORES DES PIRENÓPOLIS			
Idade:	Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro		
Profissão:			
Há quanto tempo exerce a função:			
Escolaridade:	( ) Sem escolaridade ( ) Fundamental Incompleto ( ) Fundamental Completo	( ) Ensino Médio incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Ensino Superior Incompleto	( ) Ensino Superior Completo ( ) Pós-graduação ( ) Não respondeu
1) Quais são os principais problemas enfrentados pelos guias de Pirenópolis?			
2) Qual a sua opinião sobre a gestão do PEP? Quais são os principais problemas/obstáculos identificados?			
3) Quais são as principais atividades desenvolvidas no PEP? Dentre elas, alguma, em específico, tem gerado impactos negativos ou conseqüências predatórias para o PEP?			
4) Como se dá a prática de escalada no PEP? Existem regras de conduta para a realização? Essas regras são seguidas pelos praticantes?			
5) Como é vista, pelos guias, a prática de escalada no PEP? Quais os benefícios/prejuízos dessa atividade?			
6) Como é a relação entre os guias e a AEP/escaladores? E entre os escaladores e os turistas? E entre os escaladores e a SECIMA?			
7) Se “conflituosa”, quais os motivos para que essa relação se dê dessa forma?			
8) Qual a atual situação do Conselho Consultivo do PEP? Quem faz parte?			
9) Na sua opinião o que falta para que a utilização do PEP seja mais sustentável?			

## APÊNDICE V – Roteiro de entrevista semiestruturada com visitantes escaladores

### Roteiro de entrevista semiestruturada com visitantes escaladores

TURISTA - ESCALADORES			
Idade:	Gênero: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro		
Profissão:			
Escolaridade:	<input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental Completo	<input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação <input type="checkbox"/> Não respondeu
Há quanto tempo pratica escalada:	Associado AEP: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
1) Há quanto você visita o PEP? E com que frequência?			
2) O que te motiva a visitar e praticar escalada no PEP?			
3) Quais são os principais problemas enfrentados pelos escaladores no PEP?			
4) Qual a sua opinião sobre a gestão do PEP? Quais são os principais problemas/obstáculos identificados?			
5) Como se dá a prática de escalada no PEP? Existem regras de conduta para a realização? Essas regras são seguidas pelos praticantes?			
6) Na sua opinião como é vista, por não praticantes, a prática de escalada no PEP? E pelos gestores do PEP? E pelos guias? Como é a relação entre vocês?			
7) Se “conflituosa”, quais os motivos para que essa relação se dê dessa forma?			
8) Na sua opinião o que falta para que a utilização do PEP seja mais sustentável?			

## APÊNDICE VI – Roteiro de entrevista semiestruturada com visitantes não praticantes

### Roteiro de entrevista semiestruturada com visitantes não praticantes

TURISTA - VISITANTES			
Idade:	Gênero: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outro		
Profissão:			
Escolaridade:	<input type="checkbox"/> Sem escolaridade <input type="checkbox"/> Fundamental Incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental Completo	<input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto	<input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo <input type="checkbox"/> Pós-graduação <input type="checkbox"/> Não respondeu
1) Há quanto você visita o PEP? E com que frequência?			
2) O que te motiva a visitar o PEP?			
3) Qual a sua opinião sobre a gestão do PEP? Quais são os principais problemas/obstáculos identificados?			
4) Quais são as principais atividades desenvolvidas no PEP? Em sua opinião alguma delas, em específico, tem gerado impactos negativos ou conseqüências predatórias para o PEP?			
5) Como você vê a prática de escalada no PEP? Quais os benefícios/prejuízos dessa atividade?			
6) Como é a sua relação com os escaladores? E com a SECIMA? E com os guias?			
7) Se “conflituosa”, quais os motivos para que essa relação se dê dessa forma?			
8) Na sua opinião o que falta para que a utilização do PEP seja mais sustentável?			